

LEIS E DECRETOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DECRETOS DE 29 DE MAIO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FERNANDA RAMOS DE BRITO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

GILMAR MARTINIANO DE FREITAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Promoção de Produtos, símbolo DAS-2, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

MARCIA RAQUEL DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Orientação de Mercado, símbolo DAS-2, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

DECRETOS DE 03 DE JUNHO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOANA DARC DE SOUSA PONTE, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Orçamento e Contabilidade, símbolo DAS-2, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

ANDRE BORGES VALENTE, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Cadastro e Monitoria, símbolo DAS-2, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

ROSA DE LIMA DAMASCENO, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOANA DARC DE SOUSA PONTE, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente Financeiro, símbolo DAS-3, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

ANDRE BORGES VALENTE, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Orçamento e Contabilidade, símbolo DAS-2, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
DECRETOS DE 25 DE MAIO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOSE LUIS ALVES DOS SANTOS, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Renda - Programa PROPIGER, símbolo DAS-2, do PROPIGER de Inhuma, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 20 de Maio de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

ELOVAR DA COSTA ARAÚJO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Renda - Programa PROPIGER, símbolo DAS-2, do PROPIGER de Campo Maior, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 20 de Maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS GONÇALVES DE AGUIAR, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Renda - Programa PROPIGER, símbolo DAS-2, do PROPIGER de Inhuma, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 20 de Maio de 2015.

DECRETOS DE 29 DE MAIO DE 2015

EDINALVA SILVA ARAUJO DAMASCENO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Renda - Programa PROPIGER, símbolo DAS-2, do PROPIGER de Esperantina, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2015.



WENDERVAL VENTURA DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador das Unidades do SINE/PI, símbolo DAS-2, do Posto do SINE de Esperantina, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2015.

MARCELA CAVALCANTE DE ARAÚJO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Renda - Programa PROPIGER, símbolo DAS-2, do PROPIGER de Canto do Buriti, da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com efeitos a partir de 19 de Maio de 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DECRETOS DE 25 DE MAIO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA COSTA, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade de Educação de Jovens e Adultos, símbolo DAS-4, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 25 de Maio de 2015.

ADELVAN FERREIRA DE SOUSA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Gerência Regional de Educação, símbolo DAS-2, da 14ª Gerência Regional de Bom Jesus, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 20 de Maio de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARCIA CRISTINA SENA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Gerência Regional de Educação, símbolo DAS-2, da 21ª Gerência Regional de Teresina - Sudeste, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

REGINA CELIA BARBOSA MONTEIRO LOPES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Apoio Pedagógico, símbolo DAS-2, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 25 de Maio de 2015.

HERMINIA NUNES DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Gerência Regional de Educação, símbolo DAS-2, da 14ª Gerência Regional de Bom Jesus, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 20 de Maio de 2015.

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

RONALDO CAMPOS FERREIRA DE ARAUJO, do Cargo em Comissão, de Gerente Regional de Educação, símbolo DAS-3, da 2ª Gerência Regional de Barras, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MIGUEL VIEIRA DE BARROS LIMA, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente Regional de Educação, símbolo DAS-3, da 10ª Gerência Regional de Floriano, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

Of. 296

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

PORTARIA PRAD/DGP Nº 04/2015

Teresina, 30 de março de 2015

O PRO-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA FUESPI, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE:

CONCEDER, elevação de gratificação adicional de 21% para 24% ao Professor Adjunto IV,D,E, **FRANCISCO DAS CHAGAS MORAIS DE MOURA**, matrícula nº 027058-0, lotado no Centro de Ciências da Natureza- CCN, a partir de 28/03/2003, de acordo com o art. 22, VI do Decreto nº 8.612 de 01/06/1992, que aprova o Plano de Carreiras dos Servidores da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, por contar a época com **25 (vinte e cinco) anos** de serviço.

COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Elody Rosa de Melo

Chefe da Divisão de Assistência e Obrigações Sociais

Célia Maria Dias de Almeida Costa

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoal

Raimundo Isidoro de Sousa
Pró-Reitor de Administração e Recursos Humanos

Of. 470



Governo do Estado do Piauí
Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI



PORTARIA FUNDESPI – Nº 008/2015 Teresina, 10 de junho de 2015.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

I – Designar o servidor FRANCISCO RODRIGUES DE ANDRADE, MAT – 287933-6, Diretor Administrativo Financeiro, como substituto legal, nas ausências e impedimentos do Presidente da **FUNDESPI, VICENTE DE SOUSA SOBRINHO.**

II – A presente portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

**CERTIFIQUE-SE
E CUMPRE-SE**

VICENTE DE SOUSA SOBRINHO
Presidente

PORTARIA FUNDESPI – Nº 009/2015 Teresina, 10 de junho de 2015.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

I – Designar a servidora THAISE LIMA RESENDE, MAT – 283341-7, Gerente Administrativa Financeira, como substituta legal, nas ausências e impedimentos do Diretor Administrativo Financeiro da **FUNDESPI, FRANCISCO RODRIGUES DE ANDRADE.**

II – A presente portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

**CERTIFIQUE-SE
E CUMPRE-SE**

VICENTE DE SOUSA SOBRINHO
Presidente

Of. 359

PORTARIA Nº: 007/2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ - FUNDESPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 51 da Lei Nº 8.666/93

RESOLVE:

Art.1º Ficam designados os servidores abaixo descritos para desempenhar as funções de Pregoeiro e Equipe de Apoio, na forma que segue da **FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI:**

PREGOEIRA:

Silvia Neide Sousa Nunes, matrícula nº 045816-3, CPF nº 633.480.473-15.

EQUIPE DE APOIO:

Jarbas Aurélio Gonçalves Lima, matrícula nº 003946-2, CPF nº 207.968.543-00;

João Batista Costa de Azevêdo, matrícula nº 288411-9, CPF nº 097.370.813-15;

Marcony Vieira de Carvalho, matrícula nº 288.406-2, CPF nº 007.454.433-03.

Art. 2º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor o Grupo de Trabalho para a execução de atos operacionais de controle e Gerenciamento do Sistema de Registro da FUNDESPI na forma que segue:

COORDENADOR: Jarbas Aurélio Gonçalves Lima, matrícula nº 003946-2, CPF nº 207.968.543-00.

GRUPO DE TRABALHO: João Batista Costa de Azevêdo, matrícula nº 288411-9, CPF nº 097.370.813-15 e Marcony Vieira de Carvalho, matrícula nº 288.406-2, CPF nº 007.454.433-03.

Art.3º Os servidores designados para a função de pregoeiro e equipe de apoio terão poder delegado, exclusivamente, para o exercício das funções inerentes aos procedimentos licitatórios na modalidade pregão de interesse da Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI, especialmente:

I – Promover as medidas necessárias ao procedimento e ao julgamento de licitação;

II – Elaboração de editais;

III – Publicação de aviso de licitação, homologação e contrato;

IV – Examinar a regularidade formal dos documentos de habilitação;

V – Realizar diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

VI – Decidir sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes;

VII – Proceder à classificação ou desclassificação das propostas;

VIII – Rever seus atos, de ofício ou por provocação, quando considera-los passíveis de correção, fundamentadamente;

IX – Apreciar recurso hierárquico interposto, na forma e nos prazos designados na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, revendo o ato respectivo, se for o caso, ou remetendo o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior;

X – Comunicar ao setor competente para a devida apuração e eventual imposição de penalidade, a ocorrência de fato que possa figurar falta ou ilícito;

XI – Praticar os demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições.

Art. 4º - Designa o Presidente da FUNDESPI, autoridade superior, para decidir sobre questões relativas aos procedimentos licitatórios, em especial:

I. Autorizar abertura, justificar, revogar ou anular licitações;

II. Deliberar quanto à homologação de licitações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Teresina, PI, 08 de junho de 2015.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpre-se.

VICENTE DE SOUSA SOBRINHO
Presidente da FUNDESPI

Of. 362



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE MISTA DE SAÚDE PEDRO LOPES – FRANCINÓPOLIS

PORTARIAN.º 002/2015 **Francinópolis, 03 de maio de 2015.**

“Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão de Licitação.”

A Diretora da UNIDADE MISTA DE SAÚDE PEDRO LOPES, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar na forma da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994, a seguinte Comissão Permanente Julgadora de Licitação, com função de 03 de maio a 31 de dezembro de 2015, para exercer sem caráter de exclusividade e sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

MEMBROS EFETIVOS:

PRESIDENTE: LUIS ALVES DE SOUSA
SECRETÁRIO: ANAÍDE MARIA DA SILVA
MEMBRO: LILIANE SOARES TAVEIRA

MEMBROS SUPLENTE:

JEAN CARLA GOMES SOARES
MARIA DO ESPIRITO SANTOS MENDES RODRIGUES

Art. 2º - Na ausência ou impedimento da presidente por qualquer motivo, o mesmo poderá ser substituído por qualquer servidor que componha a Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura e fica revogada a portaria anterior.

Edilene da Silva Alves Campelo

CPF n.º 497.085.893-49
Diretora da Unidade

PORTARIAN.º 003/2015 **Francinópolis, 03 de maio de 2015.**

A Diretora da Unidade Mista de Saúde Pedro Lopes, a ilustríssima Senhora Edilene da Silva Alves Campelo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente, e considerando o disposto no Art. 3º inciso IV da Lei Nº 10.520/2002 de 17 de julho de 2002.

RESOLVE

Art. 1º - Instituir e Nomear como Pregoeiro e como membros da Equipe de Apoio com vigência até 31 de dezembro do corrente ano, a partir da data de assinatura, para julgar e conduzir os processos Licitatórios na modalidade Pregão da Administração Estadual os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIRO:

LUIS ALVES DE SOUSA

EQUIPE DE APOIO:

ANAÍDE MARIA DA SILVA
LILIANE SOARES TAVEIRA
JEAN CARLA GOMES SOARES
MARIA DO ESPIRITO SANTOS MENDES RODRIGUES

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores desta Unidade de Saúde, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º - Na ausência ou impedimento do Pregoeiro por qualquer motivo, o mesmo poderá ser substituído por qualquer servidor que componha a Comissão Permanente de Licitação.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e fica revogada a Portaria anterior.

Comunique-se, publique-se e cumpra-se.

Edilene da Silva Alves Campelo
CPF n.º 497.085.893-49
Diretora da Unidade

Of. 015



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ - SESAPI

PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1093/2015, de 25 de maio de 2015,** Cessar os Efeitos, a pedido, da Portaria SESAPI/GAB Nº 351/2015, de 20 de fevereiro de 2015, que designou, JOSÉ ROBERTO DE CARVALHO NETO, Visitador, Matrícula nº 038779-7, para exercer a Função de Supervisor Administrativo Financeiro, da I Coordenação Regional de Saúde, no Município de Parnaíba-PI, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1094/2015, de 25 de maio de 2015,** Designar, VALTER FERREIRA FORTES, Técnico de Saneamento, Matrícula nº 038749-5, para exercer a Função de Supervisor Administrativo Financeiro, da I Coordenação Regional de Saúde, no Município de Parnaíba-PI, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1099/15 Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.** Designar, LUIZ IVANDO PIRES FERREIRA FILHO, CPF: 657.441.523-34, Matrícula nº 272227-5, para exercer a função de Gerente Técnico do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí-HEMOPI, da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 25 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1287

PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1095/15 Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.** Designar, KELSON SOUZA BASTOS, CPF: 965.628.033-49 Matrícula nº 115270-0, para exercer a função de Gerente de Gestão de Recursos Humanos, da Diretoria de Unidade de Gestão de Pessoas-DUGP, da Secretaria Estadual da Saúde do Piauí.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1097/15 Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.** Designar, FERNANDO ANTÔNIO OLIVEIRA MACÊDO JUNIOR, CPF: 600.451.643-04, Matrícula nº 158415-4, para exercer a função de Coordenador de Conciliação Financeira da Gratificação de Incentivo à Melhoria da Assistência à Saúde-GIMAS, e Gratificação por Produtividade, da Coordenação de Cadastro e Folha/Diretoria de Unidade de Gestão de Pessoas-DUGP, da Secretaria Estadual da Saúde do Piauí.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1098/15 Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.** Designar, JOSILENE SOARES DE SOUSA, CPF: 306.403.773-00, Matrícula nº 283032-9, para exercer a função de Gerente de Gestão da Gratificação de Incentivo à Melhoria da Assistência à Saúde-GIMAS, e Gratificação por Produtividade, da Secretaria Estadual da Saúde do Piauí.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1308

PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1096/15

Teresina-PI, 22 de Maio de 2015.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a necessidade de reorganização das rotinas de trabalhos, logísticas, métodos administrativos, descentralização de gestão e trâmites burocráticos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Equipe de Trabalho com os técnicos abaixo relacionados, com a finalidade precípua de realizarem o Redimensionamento das Unidades de Saúde no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde do Piauí.

• CARLOS HENRIQUE B. DE ALMEIDA FARIAS-COORDENADOR
CPF: 860.860.653-49, Matrícula nº 209065-1

• ANGELO CIPRIANO SARAIVA-SECRETÁRIO
CPF: 065.971.903-78, Matrícula nº 287393-1

• JOSÉ WILSON SANTOS DE SOUSA-MEMBRO
CPF: 849.110.503-49, Matrícula nº 208835-5

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Dê-se ciência, publique-se, e cumpra-se.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1311

EXTRATOS DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 001126, de 28 de maio de 2015** – Tornar sem efeito a Portaria SESAPI/GAB Nº 0001034, de 18 de Maio de 2015, que lotou a servidora CELITA DE OLIVEIRA MORAES, Auxiliar de Serviços, Matrícula nº 208039-7, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para o Hospital Infantil Lucídio Portela – HILP, e, em ato contínuo, lotar a mesma para prestar seus serviços junto à Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho, na cidade de Teresina/PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 28 de Maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1355

PORTARIA GAB Nº 1140/2015. Teresina (PI), 01 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º: Designar GILBERTO GOMES DE MEDEIROS, CPF: 338.422.724-72, MATRÍCULA: 290218-4 como Tomador de Suprimento de Fundos da Diretoria de Programas Especiais de Saúde – DIPES.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, EM TERESINA – PI, 01 DE JUNHO DE 2015.

Certifique-se, Cumpra-se, Publique-se

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1390

PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1162/2015, de 02 junho de 2015**, Designar, DORALICE MORAES DE FRANCA COSTA, Escriturária, Matrícula nº 024593-3, para exercer a Função de Supervisora de Resíduos e Esterilização, do Laboratório Central de Saúde Pública DR. Costa Alvarenga - LACEN, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1163/2015, de 02 de junho de 2015**, Designar, ELIETE HOLANDA DA LUZ, Assistente Técnica, Matrícula nº 007801-8, para exercer a Função de Supervisora de Floriano, do Laboratório Central de Saúde Pública DR. Costa Alvarenga - LACEN, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1164/2015, de 02 de junho de 2015**. Designar, MAGDA DA SILVA LOPES, Técnica em Patologia Clínica, Matrícula nº 230285-3, para exercer a Função de Supervisora de Biologia Molecular, do Laboratório Central de Saúde Pública DR. Costa Alvarenga - LACEN, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 02 de junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1403

PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1190/2015

TERESINA-PI, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

RESOLVE:

1- Prorrogar o prazo de conclusão dos trabalhos, inerentes à Portaria 0784/2015, de 01.04.2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 63, de 07 de abril de 2015, em 180 (cento e oitenta dias).
2- Esta terá seus efeitos retroativos a partir de 02 de Junho de 2015.
3- Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 08 de junho de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1473

EXTRATO DA PORTARIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando os Processos Administrativos nº AA.900.1.003305/15-69, AA.900.1.003965/15-06 e AA.900.1.006618/15-08.

RESOLVE:

• **PORTARIA nº 001185, de 09 de junho de 2015** - Remover o servidor ANTONIO MARÇAL DE SOUSA VAL, Médico, Matrícula nº 180974-1, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotado no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde - HEDA, no município de Parnaíba/PI, para que o mesmo preste seus serviços junto ao Hospital Regional Chagas Rodrigues, no município de Piripiri/PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 09 de Junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1452



Ofício nº 1444/2015 – GABINETE/SESAPI

Teresina (PI), 08 de junho de 2015.

Ilmo. Senhor Gerente
Regivaldo Carneiro
Banco do Brasil S/A
Canto do Buriti – Piauí

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE

Senhor Gerente,
Informamos que a movimentação financeira da conta corrente vinculada ao CNPJ 06.553.564/0018-86 do Hospital Estadual Domingos Chaves, em Canto do Buriti/PI, será movimentada conforme abaixo, sendo necessárias, sempre, 02 (duas) assinaturas:
ORGÃO; HOSPITALESTADUALDOMINGOS CHAVES
MUNICÍPIO: CANTO DO BURITI – PI

Titulares:

Nome: Celene Maria Moraes Fontenele **Função:** Diretora Geral Hospital
CPF: 386.505.253-34 **RG:** 1.034.376 SSP/PI

Nome: Edmilson da Costa e Silva **Função:** Diretor Financeiro
CPF: 490.233.303-15 **RG:** 19.566.9SSP/PI

Poderes:

- Efetuar resgate/aplicações financeiras;
- Receber/passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos/extratos;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Aderir ao Autoatendimento Setor Público – AASP;
- Solicitar saldos/extratos de contas de investimentos;
- Efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico (somente através do SIAFEM).

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde
758.298.193-68

Of. 1447

PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1168/2015, de 08 junho de 2015,** Designar, MARIA MENDES DEARAUJO, Auxiliar Técnica, Matrícula nº 003665-0, para exercer a função de Supervisora Técnica, da Diretoria de Unidade Administrativa – DUAD, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

• **PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1169/2015, de 08 de junho de 2015,** Designar, JOSE MANUEL DASILVA, Bioquímico, Matrícula nº 159818-0, para exercer a função de Supervisor Técnico, do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí - HEMOPI, em Picos - PI, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-7.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 08 de junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1428

EXTRATO DA PORTARIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 001165, de 03 de junho de 2015 - Lotar a servidora MARIA DELOURDES SOARES DASILVA, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 019501-4, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para que a mesma preste seus serviços junto a Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE/SEDE, na cidade de Teresina/PI.**

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 03 de junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1407

EXTRATOS DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 001141, de 02 de junho de 2015 – Lotar os servidores da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT, à disposição da Secretaria Estadual da Saúde, com ônus para o órgão de origem, retroativo a 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo especificado:**

Nº	Nome	Cargo	Lotação
1	Andreia Leal Silva Cunha	Enfermeira	HEMOPI-Florianópolis
2	Alexandra de Carvalho Chaves Caminha	Professora	ETSUS/DUGP
3	Carmen Viana Ramos	Nutricionista	MDER
4	Cassandra Maria de Sena Muniz	Nutricionista	DUVAS
5	Claudicéia Francisca Nôleto da Conceição	Téc. Enfermagem	HGV
6	Christianne Macedo da Rocha Leal	Enfermeira	SAMU Estadual
7	Clara Francisca dos Santos Leal	Enfermeira	HGV
8	Claudenice Maria Santos	Aux. Enfermagem	DUVAS
9	Conceição de Maria Rodrigues Santos	Enfermeira	DUGP
10	Daniela Maria Queiroz Medeiros Moreira	Médica	MDER
11	Danielli Fernanda F. de Melo	Téc. Enfermagem	HGV
12	Elizabeth Soares Oliveira de Holanda Monteiro	Enfermeira	DUCARA
13	Fabiano Vieira da Silva	Téc. Pat. Clínica	LACEN
14	Flávia Brandão Miranda	Médica	HGV
15	Francisca Cecília Viana Rocha	Enfermeira	HGV
16	Francisca Lopes dos Santos Macedo	Médica	MDER
17	Francisco Carlos Xavier F. das Chagas	Médico	HILP
18	Francisco de Assis de Oliveira Costa	Médico	Gabinete/SEDE
19	Francisco Passos Costa	Médico	Gabinete/SEDE
20	George Furtado Martins e Rocha	Médico	HGV
21	Gildevane Vieira do Nascimento	Farmacêutica	LACEN
22	Grizedia Maria Fonseca Trajano Martins	Enfermeira	Hospital Tibério Nunes
23	Heliane Rocha da Silva Modesto	Enfermeira	DIVISA
24	Iris Mary Meneses do Amaral	Assistente Social	SUPAT
25	Ivone Venâncio de Melo	Ass. Téc. Saúde	DUVAS
26	Jailson Matos Facundo	Médico	HGV
27	José Dias Medeiros	Médico	Hospital de Amarante
28	José Richardson da Costa Soares	Professor	DUGP
29	Krieger Rhelyni de Sousa Olinda	Médica	HAA
30	Leiva de Sousa Moura	Médica	HILP
31	Liana da Silveira Pereira da Silva	Médica	MDER
32	Luciane dos Anjos Formiga Cabral	Enfermeira	HGV
33	Luciano Lopes Ribeiro	Enfermeiro	Hospital de Amarante
34	Maria da Conceição Lustosa de Queiroz	Médico	IDTNP
35	Maria de Lourdes de Freitas Veras	Médico	Central de Transplantes
36	Maria Deusilene de Brito	Aux. Técnico	DIVISA/CEREST
37	Maria do Rosário Nunes Carvalho Costa	Ass. Social	DUVAS/CAPS
38	Maria José de Oliveira Carvalho	Aux. Enfermagem	HGV
39	Maria Teresa Rezende Rego	Ass. Adm.	Hospital de Piripiri
40	Marizete de Sousa Reis	Aux. Enfermagem	SAMU Estadual
41	Mauricio Reis da Silva	Aux. Serviços	DUAF
42	Miguel José de Azevedo Filho	Médico	HGV
43	Mirian Borges Fortes Couto	Médica	MDER
44	Mônica Amorim Barjud	Ass. Social	SUPAT
45	Nadja Andréya Alves Gonçalves Macedo Cipriano	Médica	Hospital Justino Luz
46	Nayara Machado Benicio	Téc. Enfermagem	HEDA-Parnaíba
47	Patrícia Helena Vidal de Figueiredo	Enfermeira	Central de Transplantes
48	Ralph Webster Cavalcante Trajano	Médico	HAA
49	Rosângela Oliveira Monte	Ass. Social	Central de Transplantes
50	Salustiano José Alves de Moura Júnior	Médico	HGV
51	Susane de Fátima Ferreira de Castro	Enfermeira	HGV
52	Telmo Gomes Mesquita	Médico	DUDOH
53	Vânia Maria Pires Brandão	Médica	HGV
54	Vera Regina Cavalcante Barros	Nutricionista	DIVISA/CEREST
55	Verônica Maria Soares da Costa	Professora	ETSUS/DUGP
56	Wilton Coutinho Silva	Médico	Hospital Justino Luz

• PORTARIA nº 001142, de 02 de junho de 2015 – Tornar sem efeito a Portaria SESAPI/GAB Nº 000952, de 29 de abril de 2015, que lotou a servidora LEILANE ESTEFANI MOTA DA COSTA FERREIRA, Técnica em Enfermagem, Matrícula nº 269572-3, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para a Administração Central/HPMPI, e, em ato contínuo, lotar a mesma para prestar seus serviços junto ao Hospital Getúlio Vargas - HGV, na cidade de Teresina/PI.

• PORTARIA nº 001143, de 02 de junho de 2015 – Lotar os servidores do quadro de pessoal da Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC, à disposição da SESAPI, com ônus para o órgão requisitante, retroativo a 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo especificado:

Nº	Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
1	Marcelo Chaves de Miranda	D07411-0	Téc. Júnior C	DTNP
2	Maria da Glória Carvalho	D06988-4	Ass. Técnico	HGV
3	Solange Maria Alves de Almeida	D07478-X	Ass. Técnico	MDER

• PORTARIA nº 001144, de 02 de junho de 2015 – Lotar a servidora ROSA MARIA CARVALHO DE SOUSA, Enfermeira, Matrícula nº 168455-8, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para que a mesma preste seus serviços junto a II Coordenação Regional de Saúde de Barras, no município de Barras/PI.

• PORTARIA nº 001145, de 02 de junho de 2015 – Lotar a servidora RAIMUNDA ROSA DA SILVA COSTA, Auxiliar de Serviços, Matrícula nº 036766-4 do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para que a mesma preste seus serviços junto a Diretoria de Unidade de Gestão de Pessoas – DUGP/SEDE, na cidade de Teresina/PI.

• PORTARIA nº 001146, de 02 de junho de 2015 – Remover a servidora POLLYANA ROCHA DE ARAÚJO, Enfermeiro, Matrícula nº 207199-1, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Hospital Regional Tibério Nunes, no município de Floriano/PI, para que a mesma preste seus serviços junto ao Hospital Getúlio Vargas - HGV, na cidade de Teresina/PI.

• PORTARIA nº 001147, de 02 de junho de 2015 – Remover a servidora NATACHA DE MOURA RODRIGUES, Técnico em Enfermagem, Matrícula nº 269597-9, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Hospital Estadual Teresinha Nunes Barros, no município de São João do Piauí, para que a mesma preste seus serviços junto ao Hospital Estadual Domingos Chaves, no município de Canto do Buriti/PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 02 de Junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1396

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 028/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

a) Apresentação em plenário do Memo Nº 41/2015 pela Gerente de Atenção Básica da SESAPI, Dilia Savia de Sousa Falcão, comprovação documental de solicitações e pleitos dos municípios referentes Credenciamento das Equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF, Equipes de Saúde Bucal - ESB, Equipes do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NAFS, Mudanças de Modalidades das Equipes de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde - ACS.

RESOLVE:

1. Aprovar as solicitações de credenciamento das ESF, ESB, NASF, ACS e mudança de modalidade das Equipes de Saúde Bucal e NAFS, Conforme quadros em anexo.

2. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 10 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

Anexo I - Aprovar as Solicitações de Credenciamento e Mudanças dos Núcleos de Apoio a Estratégia Saúde da Família (NASF) Tipo I, II e III dos Seguintes Municípios:

Nº	Código IBGE	Município	Credenciar NASF			Mudança de NASF	
			NASF I	NASF II	NASF III	NASF III para NASF II	NASF II para NASF I
01	202133	Campo Grande do Piauí	-	-	-	01	-
02	2210656	Sigefredo Pacheco	-	-	-	-	01
03	2202307	Canto do Buriti	01	-	-	-	-
04	2200459	Alvorada do Gurguéia	-	-	-	01	-

Anexo II - Aprovar a Solicitação de Credenciamento das Equipes da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) do Seguinte Município:

Nº	Código IBGE	Municípios	Estratégia de Agente Comunitário de Saúde		
			Teto	Credenciadas	Credenciar
01	2202307	Canto do Buriti	51	50	01

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 029/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

a) Apresentação em plenário do Memo Nº 41/2015 pela Gerente de Atenção Básica da SESAPI, Dilia Savia de Sousa Falcão, comprovação documental de solicitações e pleito do município de Teresina - PI, referente Credenciamento de Centro de Especialidade Odontológica - CEO.

RESOLVE:

1. Aprovar credenciamento do Centro de Especialização Odontológica - CEO, Tipo III, em Teresina, sob a gestão estadual.
2. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 10 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI



RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 030/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) Apresentação em plenário do Memo Nº 41/2015 pela Gerente de Atenção Básica da SESAPI, Dilia Savia de Sousa Falcão, comprovação documental de solicitações e pleitos dos municípios referentes liberação de Parcelas para Construção de UBS e Academia da Saúde, Ampliação de UBS, Reformas de UBS e solicitações de justificativas de mudanças de endereços.

RESOLVE:

1. Aprovar a liberação de 2ª Parcela de Construção de 01 (uma) UBS (localizada no Povoado Potes) para o município de São João da Varjota; 01 (uma) UBS (Localidade São Pedro) para o município de Miguel Alves; 02 (duas) UBS (Posto de Saúde localidade Tamanduá e Posto de Saúde localidade Porto do Designo) para o município de Miguel Alves; 01 (uma) UBS (Localidade Rua Tomaz Carvalho, 23 C) para o município de Lagoa do Barro do Piauí; 03 (três) UBS (Localidade Serra do Boi Zona Rural, localidade Cova Conga Zona Rural e localidade Serra da Baliza Zona Rural) para o município de Pio IX.
2. Aprovar a liberação da 2ª Parcela de Ampliação 01(uma) UBS (Posto de Saúde Divino Espírito Santo-Sede) para o município de Ribeira do Piauí; 09 (nove) UBS (PSF) Dr. Adalto Coutinho localidade Lembranças, PSF do Remanso localidade Remanso, PSF Dr. Mariano Mendes Assentamento Centro do Designo, PSF Cipriano Azevedo, Localidade Olho D água dos Azevedo, PS Matões localidade Matões, PS Cupins localidade Cupins, PS Alice Rego localidade Piedade, PS Dr. Leônidas Melo localidade São Jose dos Monteiros e PS Joaquim Pereira Barros localidade Vila Tapuio para o município de Miguel Alves; 01 (uma) UBS (Posto de Saúde localizado no Povoado Chapadinha Z-R) para o município de Arraial.
3. Aprovar a liberação da 3ª Parcela de Reforma de 02 (duas) UBS (Localizada na Avenida Dr. José Luís Martins Maia No. 751 e Posto de Saúde São Dimas povoado São Dimas) para o município de Monte Alegre do Piauí.
4. Aprovar a liberação da 3ª Parcela de Construção de 01 (uma) UBS (localidade Distrito Barra do Campestre) para o município de Coronel José Dias e 01 (uma) UBS (localizada no endereço Rua Rui Barbosa, 3079, Bairro Matadouro) para o município de Teresina.
5. Aprovar a liberação da 2ª Parcela referente aos serviços de Implantação de 01 (uma) Academia da Saúde Modalidade Ampliada (Localizada na Rua Projetada s/n Bairro Lagoa Danta) para o município de Monsenhor Hipólito.
6. Aprovar a liberação de 3ª Parcela de Construção de 01 (uma) Academia da Saúde (Localizada na Rua Maria Sampaio S/N - C) para o município de Morro do Chapéu do Piauí; 01 (uma) Academia de Saúde (localizada na Rua dos Esportes - C) para o município de São Pedro do Piauí.
7. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 10 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIADO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 031/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) A apresentação em plenário dos resultados alcançados pelo Estado do Piauí nos 67 Indicadores pactuados no ano de 2014;
- b) A apresentação em plenário das metas a serem pactuadas pelo Estado do Piauí nos 67 Indicadores para o ano de 2015;
- c) As justificativas técnicas de acréscimo de novos 6 (seis) indicadores específicos a serem pactuados tanto pelo Estado, como pelos municípios do Piauí, em conformidade com o disposto no Parágrafo 3º, do Art. 3º da Resolução Nº MS- TRIPARTITE-05/2013.

RESOLVE:

1. Aprovar os resultados alcançados pelo Estado do Piauí nos 67 Indicadores de saúde pactuados relativos ao ano de 2014.
2. Aprovar as metas propostas pelo Estado do Piauí para os 67 Indicadores de saúde para o ano de 2015.
3. Aprovar a incorporação de 6(seis) novos Indicadores Específicos aos 61 indicadores pela Comissão Intergestora Tripartite, totalizando 67 indicadores de saúde para o ano de 2015.
4. Aprovar o seguinte critério para definição de metas a serem pactuadas pelos municípios: Cada município deve tomar como base seu resultado alcançado em 2014 e aplicar a recomendação constante na correspondente ficha de qualificação do indicador constante no Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015 - 2a edição. Em caso do município ter apresentado resultado ZERO em 2014, pactuar a meta do estado.
5. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 032/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) A necessidade de revisão do Plano Estadual de Enfrentamento das Doenças Negligenciadas do Piauí, complementando informações relacionadas aos indicadores macros de resultados, assim como na gestão do referido Plano no que concerne à forma de integração e interação entre as áreas responsáveis pelos programas relacionados às doenças negligenciadas;
- b) A apresentação em plenário das alterações introduzidas no texto aprovado através da resolução nº CIB-006/2015 de 12.03.2015;
- c) A possibilidade das ações constantes no Plano implicar em importantes melhorias para a saúde da população do Piauí.

RESOLVE:

1. Aprovar o Plano Estadual de Enfrentamento das Doenças Negligenciadas do Piauí em sua terceira edição.
2. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 033/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) A apresentação em plenário feita pelo Dr. Alderico Gomes, da DUDOH, referindo-se sobre a situação atual da realização das cirurgias cardíacas em Hospitais do Estado e da necessidade de suplementação destes procedimentos em Hospital da rede privada conveniados com o SUS, em Teresina, falou sobre o acordo firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde do Piauí e os estabelecimento de saúde: HTI – Sul, São Marcos e São Paulo quanto a complementação da Tabela de Procedimentos SUS, de 70% do valor hospitalar, com recursos do Tesouro Estadual;

RESOLVE:

1. Aprovar a complementação da Tabela de Procedimentos SUS, de 70% do valor hospitalar, para realização de cirurgias cardíacas nos estabelecimentos de saúde credenciadas para realização destes serviços: Hospital de Terapia Intensiva Sul (HTI - Sul), Hospital São Marcos e Hospital São Paulo, com recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) com efeito retroativo a 1º de maio de 2015.
2. Encaminhar esta Resolução ao Gabinete do Secretário Estadual de Saúde do Piauí para as devidas providencias.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 034/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) Apresentação em plenário do Memo Nº 56/2015 pela Gerente de Atenção Básica da SESAPI, Dilia Sávvia de Sousa Falcão, comprovação documental de solicitações e pleitos dos municípios referentes Credenciamento das Equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF, Equipes de Saúde Bucal - ESB, Equipes do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NAFS, Mudanças de Modalidades das Equipes de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde - ACS.

RESOLVE:

1. Aprovar as solicitações de credenciamento das ESF, ESB, NASF, ACS e mudança de modalidade das Equipes de Saúde Bucal e NAFS, conforme quadros em anexo.
2. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

Anexo I - Aprovar as Solicitações de Credenciamento e Mudanças dos Núcleos de Apoio a Estratégia Saúde da Família (NASF) Tipo I, II e III dos Seguintes Municípios:

Nº	Código IBGE	Município	Credenciar NASF			Mudança de NASF	
			NASF I	NASF II	NASF III	NASF III para NASF II	NASF II para NASF I
01	2211704	Wall Ferraz	-	-	01	-	-
02	2200277	Alegrete do Piauí	-	-	-	01	-
03	2200459	Alvorada do Gurguéia	-	-	-	01	-

Anexo II - Aprovar a Solicitação de Credenciamento das Equipes da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) do Seguinte Município:

Nº	Código IBGE	Municípios	Estratégia de Agente Comunitário de Saúde		
			Teto	Credenciadas	Credenciar
01	2202703	Cocal	68	65	03

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 035/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) Apresentação em plenário do Memo Nº 56/2015 pela Gerente de Atenção Básica da SESAPI, Dilia Sávvia de Sousa Falcão, comprovação documental de solicitações e pleitos dos municípios referentes liberação de Parcelas para Construção de UBS e Academia da Saúde, Ampliação de UBS, Reformas de UBS e solicitações de justificativas de mudanças de endereços.

RESOLVE:

1. Aprovar a liberação da 2ª Parcela de Construção de 02 (duas) UBS (Localidades Povoado Agrovila - s/n - Zona Rural e Vila Crioula - s/n - Zona Rural) para o município de Bocaina; 01 (uma) UBS (Rua Álvaro Martins, 0, Bairro C) para o município de Marcos Parente.
2. Aprovar a liberação da 3ª Parcela de Ampliação de 02 (duas) UBS (Localidades Povoado Buraco D'água S/N prédio Zona Rural e Povoado Boi Morto s/n prédio Zona Rural) para o município de Agricolândia.
3. Aprovar a liberação da 3ª Parcela de Construção de 01 (uma) UBS (Localizada na Rua Antônio Capucho, CEP-64140-970, Centro) para o município de Nossa Senhora de Nazaré e 02 (duas) UBS (UBS Tipo 01 - Localidade Lisboa - Zona Rural e UBS Tipo 02 - Localizada na Travessa Ministro Pedro Borges - Alto Sertanejo - Zona Urbana) para o município de São João do Piauí, e 1 (uma) UBS (Localizada na Comunidade Montevidéo) para o município de Angical do Piauí.
4. Aprovar a liberação da 2ª Parcela de Construção de 01 (uma) Academia de Saúde - (Localizada na Rua Osvaldo Cruz, s/n Centro) para o município de Bocaina e 01 (uma) Academia de Saúde (Localidade Rodovia Br 343 Marginal Direita, Comunidade São Luís, S/N) para o município de Piripiri.
5. Aprovar a liberação da 3ª Parcela de Construção de 01 (uma) Academia de Saúde - Modalidade Intermediária (Localizada no Povoado Camurupim, S/N) para o município de Luis Correia.
6. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI



RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 036/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 216ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- a) A necessidade da operacionalização das ações do Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Saúde (*QualiSUS – Rede*), em consonância com os termos do disposto no Contrato de Empréstimo Externo nº 7632-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, em 22 de dezembro de 2009;
- b) O disposto na Portaria GM/MS nº 396, de 4 de março de 2011, alterada pela Portaria GM/MS nº 1140, de 17 de maio de 2011, que cria o Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Saúde (*QualiSUS – Rede*) e suas diretrizes operacionais gerais;
- c) Que os serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, mediante processo de implantação das Redes de Atenção à Saúde;
- d) A necessidade de se garantir o acesso de pacientes usuários do SUS aos serviços de saúde atendendo aos princípios da universalidade e gratuidade, eficiência e economicidade;
- e) O objetivo de se constituir um completo sistema de logística de transporte de pacientes integrando os municípios do Território de Desenvolvimento Entre Rios em um mesmo planejamento logístico, buscando mais eficiência, economia de escala e racionalidade administrativa;
- f) Que o Subprojeto QualiSUS – Rede do Estado do Piauí, elaborado pela SESAPI, teve sua aprovação na mesma Reunião Ordinária da Comissão Intergestora Bipartite – CIB que homologou a composição do Grupo Condutor, através da *Resolução CIB-PI, nº 030.1/2012, de 02 de março 2012*;
- g) A apresentação feita pela Superintendente de Atenção Integral à Saúde (SUPAT) Cristiane Maria Ferraz Damasceno Moura Fé, referindo-se sobre as formas de implantação e de financiamento do Sistema de Transporte Eletivo na Região do Território de Desenvolvimento Entre Rios.

RESOLVE:

1. Aprovar a instituição do Sistema Transporte de Pacientes para Procedimentos Eletivos no Estado do Piauí (STPPE-PI) objetivando a implantação de um sistema de logística em transporte integrando os municípios do Território de Desenvolvimento Entre Rios, obedecendo ao Plano Diretor de Regionalização do Estado do Piauí, tendo como finalidade o transporte de pacientes para realização de procedimentos eletivos, pré-agendados pela central de Regulação para municípios de referência, na atenção em média e alta complexidade, afim de otimizar custos e implantar o Sistema de Monitoramento para garantir o rastreamento da frota e controlar o fluxo dos veículos.
2. Aprovar o financiamento do Sistema de Transporte de Pacientes a Procedimentos Eletivos (STPPE) a ser de forma bipartite, sendo de responsabilidade de execução pelo Governo do Estado, através da SESAPI, os recursos de investimento oriundos do Ministério da Saúde - Projeto Qualisus-Rede (aquisição dos ônibus) e os recursos de custeio, referente à custos fixos, de responsabilidade dos municípios que aderirem ao Sistema de Transporte de Pacientes do Território de Desenvolvimento Entre Rios, o custeio de custos variáveis.
3. Aprovar a criação de uma Unidade Gerenciadora - UG, como componente do Sistema de Transporte de Pacientes Eletivos que passa a receber os veículos a serem utilizados no STPPE repassados por meio de Contrato de Comodatada e tendo como obrigações a conservação e correta manutenção de oferta destes à população usuária do SUS em cada município.
4. Aprovar a forma de gestão do Sistema de Transporte de Pacientes para Procedimentos Eletivos composta dos Gestores:
 - I - Secretaria Estadual de Saúde do Piauí - SESAPI, responsável pelo acompanhamento, supervisão e coordenação do STPPE;

II - Associação Piauiense dos Municípios - APPM, como interveniente e responsável pela implantação, execução e administração do STPPE;

III - Unidade Gerenciadora - UG que será a responsável pela prestação dos serviços aos usuários do STPPE.

5. Aprovar a instituição de um Núcleo de Coordenação e Supervisão do Sistema STPPE na estrutura organizacional da SESAPI afim assegurar o desenvolvimento pleno do Sistema, bem como o acompanhamento, monitoramento e avaliação da Unidade de Gerenciamento do referido Sistema, de modo a assegurar a articulação com o Serviço de regulação e de assistência à saúde da população.
6. Aprovar que os veículos a serem utilizados no transporte de pacientes do STPPE forneçam conforto e comodidade para o paciente, sendo prioritariamente micro-ônibus devidamente equipados com:

I - Ar condicionado;

II - Poltronas individuais reclináveis;

III - Aparelhos de comunicação (TV e DVD);

IV - Equipamento de monitoramento on-line para gerenciamento;

V - Degrau retrátil pneumático e cadeira de transbordo.

7. Aprovar que os veículos deste tipo de transporte de pacientes devem contar com motorista e agente de viagem devidamente treinados em acolhimento e, em especial, o motorista em direção defensiva e Procedimentos básicos de condução segura e econômica, obedecendo à legislação de trânsito, fazendo com que o transporte seja o mais seguro e humanizado para o paciente.

8. Aprovar os procedimentos de fluxo dos pacientes a ser observado no transporte pelos veículos do Sistema os quais são:

I - O usuário do Sistema Único de Saúde que necessite realizar atendimento fora de seu domicílio, receberá bilhete de passagem, entregue, prioritariamente, na ocasião do agendamento do procedimento pelas Secretarias Municipais de Saúde beneficiadas com o serviço, contendo as informações acerca do horário da saída do veículo, local de desembarque, placa do veículo e número do assento no veículo;

II - Os locais de embarque dos pacientes nos respectivos veículos serão previamente definidos pelas Secretarias Municipais de Saúde integrantes do Serviço, em conjunto com a equipe de gerenciamento estadual do sistema de transporte;

III - As rotas para o transporte de pacientes foram definidas a partir de estudos que levaram em conta o Plano Diretor de Regionalização(PDR), o fluxo de pacientes referenciados na Programação Pactuada Integrada(PPI) e os fluxos próprios das Secretarias Municipais de Saúde que assegurem acesso dos cidadãos aos Serviços de Saúde;

IV - As rotas de transporte a que se refere o inciso anterior foram baseadas em software de mapas rodoviários digital, que garantam menor tempo possível de permanência do paciente dentro do veículo e a melhor condição de trafegabilidade;

V - Poderão compor as rotas um ou mais municípios dependendo do porte populacional, do número de Procedimentos referenciados ou pela sua localização geográfica.

9. Aprovar que fica a cargo da SESAPI, a política de substituição da frota de veículos, atendendo os seguintes critérios.

I - Ter, no mínimo, 7(sete) anos de vida útil ou veículo com, no mínimo, 650.000 quilômetros rodados;

II - Fora dos critérios estabelecidos no parágrafo anterior, ficará facultado à SESA-PI, mediante análise técnica, a substituição de veículo.

10. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 12 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

MARIA DO SOCORRO CANDEIRA COSTA
Presidente do COSEMS-PI

RESOLUÇÃO CIB-PI (AD), Nº 038/2015

O Coordenador-Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Piauí, em **AD REFERENDUM** do plenário da CIB-PI, no uso de suas atribuições legais e competências regimentais e considerando:

- O disposto na Portaria GM/MS, Nº 183, de 31 de janeiro de 2014, referentes a manutenção do custeio das ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde, no qual o Registro de Câncer de Base Populacional está inserido;
- Que o processo de Implantação do Registro de Câncer de Base Populacional – RCBP, ter sido implantado no estado do Piauí desde o ano de 2000;
- Que o Estado do Piauí dispõe de técnicos devidamente capacitados podendo assumir o compromisso de continuar monitorando estas informações e dando viabilidade de notificação de neoplasias de todos os municípios do Estado;
- A exiguidade de tempo hábil para próxima reunião ordinária da CIB-PI e o prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde.

RESOLVE:

- Aprovar a proposta do Estado do Piauí em retomar o funcionamento do Programa de Implantação do Registro de Câncer de Base Populacional – RCBP, mantendo os profissionais já capacitados, aumentando a Equipe Técnica, manter e organizar este Setor, providenciando incentivar às fontes notificadoras, a busca ativa de casos *in loco*, digitação dos dados, checagem de inconsistências das informações e cruzamento de casos com registros de mortalidade simples e rotineira, bem como, retroalimentar os diversos Serviços e Setores do Estado.
- Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 25 de maio de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA
Presidente do COSEMS-PI

Of. 1401

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 040/2015

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 217ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de junho de 2015, em Teresina, no uso de suas atribuições e regimentais, considerando:

- O disposto no Ofício-Circular Nº 015/2015/SGEP/MS de 22 de maio de 2015, referente a definição de prioridade de serviços e ações de saúde a serem habilitados;
- A apresentação em plenário pela Presidente do COSEMS-PI, Dra. Leopoldina Feitosa, do assunto e discussão das Prioridades de Serviços e Ações de Saúde para o Estado do Piauí.

RESOLVE:

- Aprovar a planilha de Serviços e Ações de Saúde para o Estado do Piauí conforme ordem a seguir:

ORD EM	SERVIÇOS	Nº PROCESSO	GESTÃO	PARCELA MENSAL	PARCELA ÚNICA
1º	REDE DE URGÊNCIA	25000.2200 37/2014-97	MUNICIPAL	170.360,32	0,00
		25000.0930 85/2014-04	MUNICIPAL	135.180,16	0,00
		25000.1520 30/2014-35	ESTADUAL	46.537,50	0,00
		25000.1520 30/2014-35	ESTADUAL	426.593,75	0,00
		TOTAL		778.671,73	0,00
2º	ONCOLOGIA	25000.0369 77/2015-81	MUNICIPAL	1.291.666,67	0,00

			TOTAL	1.291.666,67	0,00
3º	UTI	25000.2232 64/2014-74	MUNICIPAL	61.883,32	0,00
			TOTAL	61.883,32	0,00
4º	UCINCO	25000.0683 27/2014-13	MUNICIPAL	19.710,00	0,00
		25000.0683 27/2014-13	MUNICIPAL	15.520,00	0,00
			TOTAL	35.230,00	0,00
5º	SOS EMERGÊNCIA	25000.2262 69/2013-78	MUNICIPAL	200.000,00	0,00
			TOTAL	200.000,00	0,00
6º	SAMU	25000.2149 64/2014-78	MUNICIPAL	13.125,00	0,00
			TOTAL	13.125,00	0,00
7º	TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDI A	25000.1762 07/2014-99	MUNICIPAL	57.507,31	0,00
			TOTAL	57.507,31	0,00
8º	PRÉ-NATAL	25000.2019 42/2013-67	MUNICIPAL	181.789,56	0,00
			TOTAL	181.789,56	0,00
9º	CAPS	25000.2305 95/2014-61	MUNICIPAL	50.495,00	0,00
		25000.0277 39/2015-84	ESTADUAL	39.780,00	0,00
			TOTAL	90.275,00	0,00
10º	NEFROLOGIA	25000.1038 81/2013-73	ESTADUAL	26.223,42	0,00
		25000.2299 19/2014-18	MUNICIPAL	43.705,70	0,00
			TOTAL	69.929,12	0,00
11º	CER	25000.2396 68/2014-80	MUNICIPAL	345.000,00	0,00
			TOTAL	345.000,00	0,00
12º	PROJETO OLHAR BRASIL	25000.0413 94/2014-91	MUNICIPAL	10.174,08	14.976,15
		25000.2265 07/2013-45	MUNICIPAL	1.495,18	2.946,56
		25000.2194 50/2013-28	MUNICIPAL	24.104,90	44.141,74
			TOTAL	35.774,16	62.064,45
13º	LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA - LRPD	25000.0055 09/2015-64	MUNICIPAL	7.500,00	0,00
			TOTAL	7.500,00	0,00

- Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 02 de junho de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Presidente da CIB-PI

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA
Presidente do COSEMS-PI

Of. 1441



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE
UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE BOCAINA – UMSB

PORTARIA UMSB Nº 02/2015 Bocaina (PI), de 1 de Junho de 2015.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio, para atuarem em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Geminiano (PI), e dá outras providências.

O DIRETOR DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE BOCAINA, nomeado por Decreto, expedido pelo Governador do Estado, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 3º, IV, Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão),

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão, no âmbito DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE BOCAINA, o servidor José Iomar Barros.

Parágrafo único – Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pela Sra. Maria Salisneia Sousa, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º. Devido a escassez de funcionários efetivos, fica autorizado o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, atuar em qualquer modalidade de Licitações.

Art. 3º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio, os servidores:

- Valdomir Leal Barros;
- Iara Ingrid dos Santos Sousa;
- Patrícia Maria Leal Araújo.

Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º. O Pregoeiro ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Unidade Mista de Saúde de Bocaina, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 01 (um) ano.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Bocaina (PI), 1 de Junho de 2015.

Henrique Paulo de Macêdo
Diretor Administrativo
CPF 485.543.834-00
MAT. 288412-7

Of. 007



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria nº 12.000-0260/GS/2015 Teresina, 09 de junho de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 10, § 2º, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí),

RESOLVE designar a servidora, FRANCISCA PEREIRA DE MENESES, Matrícula nº 009716-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, para exercer a função de Direção e Assessoramento Intermediário, Símbolo DAI-7, como **Supervisor IV**.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 09 DE JUNHO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública do Piauí

Portaria nº 12.000-0261/GS/2015 Teresina, 09 de junho de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 10, § 2º, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí),

RESOLVE designar a servidora, FRANCISCA PEREIRA ALVES, Matrícula nº 02442-3, do quadro de pessoal desta Secretaria, para exercer a função de Direção e Assessoramento Intermediário, Símbolo DAI-7, como **Supervisor IV**.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 09 DE JUNHO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública do Piauí

Of. 1061

PORTARIA Nº.12.000-262/GS/2015 Teresina, 09 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 109 da Constituição do Estado do Piauí e,

CONSIDERANDO o teor do disposto no art. 25, do Decreto nº 15.299, de 12.08.2013, publicado no Diário Oficial do Estado nº 152, de 12.08.2013,

CONSIDERANDO o teor dos autos do Processo nº AA.027.1.000091/15-56, tendo como interessado Dyego Pascoal de Sousa Carvalho, Agente de Polícia Civil, e

CONSIDERANDO o teor do PARECER Nº 001/2015, expedido pelo Diretor da Academia de Polícia Civil em 12.02.15.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** o Afastamento do exercício do cargo, ao servidor **Dyego Pascoal de Sousa carvalho, Agente de Polícia Civil 3ª Classe, matrícula nº 286.622-6**, pelo prazo de duração do Curso de Formação para ingresso no cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí, referente ao concurso público regido pelo Edital nº 02/14, publicado no Diário Oficial do Estado nº 64, de 04.04.14.

Art. 2º Durante a realização do Curso de Formação, o servidor citado no item precedente deverá comprovar mensalmente a sua frequência no tal curso junto ao seu Superior Hierárquico. O não atendimento a tal determinação implicará em desobediência a ordens superiores, constituindo atos de indisciplina e desrespeito, sob pena de configurar prática de infração disciplinar.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei

Fábio Abreu Costa
Secretário Estadual da Segurança Pública

Of. 1063

Portaria nº 12.000-0263/GS/2015 Teresina, 09 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições legais previstas no inciso II, do art.109 da Constituição do Estado do Piauí e inciso II do art.8º da Lei Complementar nº. 28 de 09.06.03 e

CONSIDERANDO o disposto no art.1º, inciso III; art.5º, XI; art.144, §§4º e 5º e art.216, todos da Constituição Federal brasileira;

CONSIDERANDO o disposto no art. 240, §1º, alínea “d”; art.248 e art.302, todos do Código de Processo Penal brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto no art.150, §4º, do Código Penal brasileiro;

CONSIDERANDO teor da Recomendação N. 45/2015 MPF/PRDF/IOFCID, expedida pela Procuradoria da República no Distrito Federal, em 26.05.15 a qual integra esta Portaria,

RESOLVE:

1. Determinar:

1.1. À Polícia Civil que por ocasião do desempenho de suas funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, assim como à Polícia Militar no desempenho do policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública sejam observadas as seguintes regras, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, dando ciência aos grandes Comandos e Gerências:

a) Que por ocasião da existência de fundadas suspeitas da prática de crime no interior de residências, mas não evidente situação de flagrância, nos termos do art.302 do Código de Processo Penal, o ingresso em qualquer compartimento habitado que configure “casa” (art.150, §4º, do Código Penal), *o que inclui cabanas ciganas residenciais*, deva ser realizado somente por ordem judicial, de posse do respectivo MANDADO;

b) Que a denominação das operações policiais civis e militares não utilize nomes ou expressões que possibilitem a associação ou identificação da prática criminosa com pessoas e coletividades de determinada origem, raça, sexo, cor ou idade (tais como índios, ciganos, umbandistas, chineses, por exemplo);

1.2. Às Diretorias de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar, assim como a Academia de Polícia Civil a adoção, nos conteúdos atinentes à disciplina “Direitos Humanos” constantes das Matrizes Curriculares dos Cursos, Treinamentos, Capacitações iniciais e continuadas dos profissionais de segurança pública, do respeito a estas alíneas;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 09 DE JUNHO DE 2015.

FÁBIO ABREU COSTA
Secretário de Segurança Pública

Of. 1070

Portaria nº 12.000-0244/GS/2015 Teresina, 26 de maio de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 10, § 2º, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí),

RESOLVE designar a servidora RITA DE CASSIA MARREIROS DE ALMEIDA, Matrícula nº 009846-9, do quadro de Pessoal desta SSP-PI, para exercer a função de Direção e Assessoramento Intermediário, Símbolo DAI-7, como Supervisor IV, nesta SSP-PI.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 26 DE MAIO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública

Portaria nº 12.000-0245/GS/2015

Teresina, 26 de maio de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 10, § 2º, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí),

RESOLVE designar a servidora MARIADO CARMO RIBEIRO SOARES, Matrícula nº 008538-3, do quadro de Pessoal desta SSP-PI, para exercer a função de Direção e Assessoramento Intermediário, Símbolo DAI-7, como Supervisor IV, nesta SSP-PI.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 26 DE MAIO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública

Portaria nº 12.000-0246/GS/2015

Teresina, 26 de maio de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 10, § 2º, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí),

RESOLVE designar o servidor JOÃO NONATO DOS SANTOS, Matrícula nº 013466-0, do quadro de Pessoal desta SSP-PI, para exercer a função de Direção e Assessoramento Intermediário, Símbolo DAI-7, como Supervisor IV, nesta SSP-PI.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 26 DE MAIO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública

Of. 998

Portaria nº 12.000 - 0249/GS/2015 Teresina, 01 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109 da Constituição do Estado do Piauí,

RESOLVE:

Designar o servidor NEWMARCOS PESSOA BASILIO, Matrícula nº 080737-X, CPF nº 428.730.373-34, como **Tomador de Suprimento de Fundos** da Secretaria de Segurança do Estado do Piauí, em conformidade com o art. 6º, inciso I do Decreto Estadual nº 11.758/2005, c/c os arts. 61 e 68 da Lei Federal nº 4.320/64, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA -PI, 01 DE JUNHO DE 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

Of. 1028



DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 85/2015

ADIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, Dra. Irani Albuquerque Brito, para substituir o Defensor Público, Dr. Rogério Newton de Carvalho Sousa, junto à 8ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 22 a 31 de julho de 2015 em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 86/2015

ADIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR o Defensor Público, Dr. Rogério Newton de Carvalho, para substituir a Defensora Pública, Dra. Andrea Melo de Carvalho, junto à 1ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 13 a 15 de julho de 2015 em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 87/2015

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, Dra. Débora Cunha Vieira Cardoso, para substituir o Defensor Público, Dr. José Carlos Soares de Oliveira, junto à 4ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 01 a 15 de julho de 2015, em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 88/2015

ADIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa, para substituir a Defensora Pública, Dra. Débora Cunha Vieira Cardoso, junto à 7ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 20 a 29 de julho de 2015, em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 89/2015

ADIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR o Defensor Público, Dr. José Carlos Soares de Oliveira, para substituir a Defensora Pública, Dra. Andrea Melo de Carvalho, junto à 1ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 16 a 27 de julho de 2015 em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 90/2015

ADIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, Dra. Dilene Brandão Lima, para substituir o Defensor Público, Dr. José Carlos Soares de Oliveira, que atua em Regime de Substituição junto à 5ª Defensoria Pública de Família de Teresina, no período de 01 a 15 de julho de 2015, em razão da concessão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Junho de 2015.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
DIRETORIA DE UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS - D.U.G.P

PORTARIA Nº 21.000. D.U.G.P.007/2015

Teresina, 29 de maio de 2015.

A DIRETORA DA UNIDADE DE GESTÃO DE PESSOAS, através da Gerência de Benefícios e Cadastro, da Secretaria da Administração, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE, conceder através do processo nº 6731/15, ao servidor **ANTONIO JESUS DE BRITO MELO**, Agente Superior de Serviços, desta Secretaria de Administração, Averbação de Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, referente ao período de 01/05/1974 a 08/02/1975, na função de Escriturário Datilógrafo, como empregador a EMPRESA DE TURISMO DO PIAUÍ S.A., o qual contribuiu para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme certidão de nº do NIT: 1701493763-2, emitida em 27/05/2015, perfazendo um total de 278 dias.

Dê ciência, publique e cumpra-se

Maria de Lourdes Marins Rodrigues e Silva
Gerente de Benefícios e Cadastro

VISTO:

Maria Lucilene de Sousa
Diretora da Unidade de Gestão de Pessoas - SEAD

Of. 937



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Portaria nº 217/2015/GDG Teresina, 09 de junho de 2015

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ - IAPEP, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Diretora da Unidade de Assistência à Saúde e Social do IAPEP, Dra. DANIELE AMARIM AITA, para responder interina e cumulativamente pela Diretoria Geral do Instituto no dia 10/06/2015. Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Marcos Steiner Rodrigues Mesquita
Diretor Geral - IAPEP

Of. 1283



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DA JUVENTUDE DO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 004/2015 COORDENADORIA DA JUVENTUDE DO ESTADO DO PIAUÍ

O Coordenador de Juventude do Estado do Piauí, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Resolve designar, VICENTE GOMES DA SILVA, Diretor Administrativo Financeiro da Coordenadoria Estadual de Juventude do Estado do Piauí, matrícula 288152-7 e CPF 022.195.393-00 para exercer a função de Tomador de Suprimento de Fundos.

Dê-se Ciência
Publique-se
Cumpra-se
Registre-se

Teresina - PI, 10 de junho de 2015.

Deolindo Moura Neto
COORDENADOR GERAL DA COJUV

Of. 203



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI



PORTARIA FAPEPIN.º 013/2015

Teresina, 08 de junho de 2015.

O Presidente da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI, no uso de suas atribuições legais conferidas através do art. 16 do Decreto n.º 9.240, de 17/11/1994, e em conformidade com as atribuições e competências estatuídas no art. 16, do Regimento Interno da FAPEPI,

RESOLVE

1 - Instituir, a partir desta data, o **COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: Gestão Compartilhada em Saúde - PPSUS-PI** em conformidade com as diretrizes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI, da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Piauí - SESAPI, do Ministério da Saúde - MS/DECIT e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq com o objetivo de: a) coordenar as ações do referido Programa no Piauí; b) acompanhar as pesquisas vinculadas à EDIÇÃO 2012 do Convênio n.º 774397/2012; e, c) realizar as atividades relativas à EDIÇÃO 2015-2016 do novo Convênio.

2 - O Comitê Gestor será composto pelos seguintes membros, técnicos servidores da FAPEPI e da SESAPI:

- ALBEMERC MOURA DE MORAES - FAPEPI
- ELIANA MORAIS DE ABREU - FAPEPI
- IOLETE SOARES DACUNHA - FAPEPI
- IOLIDA SILVA PIAULINO FERREIRA - SESAPI
- VALTÂNIA LEITE BARROS GOMES - SESAPI
- INÁCIO PEREIRA LIMA - SESAPI

II - Revogadas as disposições em contrário, os efeitos desta Portaria entram em vigor a partir de sua publicação.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 232



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ - FUNDAC
SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA - SIEC

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SIEC, Nº 01 APROVADA EM REUNIÃO REALIZADA NO DIA 29/05/2015.

O Conselho Deliberativo do SIEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando a ocorrência de considerável demanda de projetos culturais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar prazo de validade de 90 (noventa) dias, para o Certificado de Habilitação do SIEC, contado a partir da data de sua emissão;

Art. 2º. Que expirado esse prazo, enobservância da falta de captação de recursos, correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do PATROCÍNIO, o Certificado será considerado nulo.

Art. 3º. Facultar prazo de 60 (sessenta) dias para a captação do restante do recurso, e esclarecer que, no caso do não cumprimento integral dessa captação, fica o Certificado válido somente para o montante já captado.

Teresina, 11 de Junho de 2015.

Jacêmia Feitosa de Sousa Dantas
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SIEC

Of. 010



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 055/2015-GAB. Teresina (PI), 01 de Junho de 2015.

A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais, e com base no artigo 67 da Lei da 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo indicado para, em observância à legislação vigente, atuar como fiscal do Contrato celebrado entre a **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ** e:

EMPRESA: FATOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME.

CONTRATO: 04/2015.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº AA.130.1.004252/15-13.

FUNDAMENTAÇÃO: A Liberação nº 0214/2014-DLCA/SEAD/PI, Pregão nº 002/2013-SEDET/Serviços Comuns-SRP e o que consta no Processo Administrativo Nº AA.130.1.004252/15-13.

OBJETO: Contratação de empresa para a locação de máquinas fotocopadoras.

FISCAL TITULAR: Josilene Borges de Sousa-mat.287994-8.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO
Secretário

Of. 193

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de máquinas fotocopadoras multifuncionais, incluindo manutenção preventiva e corretiva e mão de obra.

CONTRATANTE: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

CONTRATADA: Empresa Fator Comércio e Serviços Ltda-ME.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato (01/06/2015).

FUNDAMENTO LEGAL: A Liberação nº 0214/2014-DLCA/SEAD/PI, Pregão nº 002/2013-SEDET/Serviços Comuns-SRP e o que consta no Processo Administrativo Nº AA.130.1.004252/15-13.

VALOR MENSAL: R\$ 13.700,00 (Treze mil e setecentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 28.101.18542172.252/28101.04.122902.249/28101.18544172.254; ED: 339039, FR: 00/12.

SIGNATÁRIOS: Luiz Henrique Sousa de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí e Antonio Soares Brandão Filho- Representante da Empresa Contratada.

Of. 193



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 41/15

ESPECIE: Segundo Termo Aditivo ex-officio ao Convênio Nº 30/14 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA D'ALCANTARA **OBJETO:** Prorrogação da vigência do Convênio 30/14 até o dia 27.07.2016 **DATA**

DE ASSINATURA: 03.06.2015. **SIGNATÁRIOS:** FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA - Secretário de Estado da Saúde.

Of. 1468



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA

Pregão Presencial nº 01/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2015;

ESPECIE: Contrato celebrado entre o HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA e a empresa M. P. SANTOS ALIMENTOS LTDA - ME;

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Lote 01 – Carnes e Frios;

VALOR: R\$ 57.383,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais);

FONTE DE RECURSO: 100-Tesouro Estadual;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses;

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015;

SIGNATÁRIOS: José Osvaldo Gomes dos Santos, Coordenador do HCC – pela contratante e Geraldo Alves da Silva, Representante da Empresa – pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2015;

ESPECIE: Contrato celebrado entre o HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA e a empresa PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Lote 02 – Gêneros Não Perecíveis;

VALOR: R\$ 27.239,66 (vinte e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos);

FONTE DE RECURSO: 100-Tesouro Estadual;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses;

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015;

SIGNATÁRIOS: José Osvaldo Gomes dos Santos, Coordenador do HCC – pela contratante e Afonso dos Santos Neres, Administrador – pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2015;

ESPECIE: Contrato celebrado entre o HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA e a empresa M. P. SANTOS ALIMENTOS LTDA - ME;

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Lote 03 – Hortifruti;

VALOR: R\$ 22.338,40 (vinte e dois mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos);

FONTE DE RECURSO: 100-Tesouro Estadual;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses;

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015;

SIGNATÁRIOS: José Osvaldo Gomes dos Santos, Coordenador do HCC – pela contratante e Geraldo Alves da Silva, Representante da Empresa – pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2015;

ESPECIE: Contrato celebrado entre o HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA e a empresa PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Lote 04 – Pães e Bolos;

VALOR: R\$ 4.952,50 (quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos);

FONTE DE RECURSO: 100-Tesouro Estadual;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses;

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015;

SIGNATÁRIOS: José Osvaldo Gomes dos Santos, Coordenador do HCC – pela contratante e Afonso dos Santos Neres, Administrador – pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2015;

ESPECIE: Contrato celebrado entre o HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA e a empresa PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Lote 05 – Peixes;

VALOR: R\$ 18.360,00 (dezoito mil, trezentos e sessenta reais);

FONTE DE RECURSO: 100-Tesouro Estadual;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses;

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015;

SIGNATÁRIOS: José Osvaldo Gomes dos Santos, Coordenador do HCC – pela contratante e Afonso dos Santos Neres, Administrador – pela contratada

Of. 049



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Processo nº AA.027.1.000574/15-33
CONTRATAÇÃO DA “ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL ASAS ROTATIVAS” PARA CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO DO OFICIAL TEN. CEL. JOSUER SARAIVA E SILVA.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Analisando o processo em epígrafe, em especial a exposição dos motivos contidos no “Parecer CPL/SSP-PI nº 015/2015” e documentos que o instruem, apresentados pela Comissão Permanente de Licitações da Secretaria de Segurança Pública, RATIFICO as informações produzidas pela CPL/SSP-PI no Parecer CPL nº 015/SSP-PI/2015, complementado às fls. 57-59, tudo com vistas ao atendimento de recomendações da PGE/PI (Parecer PGE/PLC nº 628/2015), ao tempo em que determino que sejam adotadas as providências necessárias à contratação da unidade de formação “ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL ASAS ROTATIVAS” para conclusão da formação do oficial TEN. CEL. PM. Josuer Saraiva e Silva, abrigada pelo inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Teresina/PI, 01 de junho de 2015.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública

Of. 015

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 007/SSP-PI/2015

CONTRATANTE: Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria Estadual de Segurança Pública.
PROCESSO: AA.027.1.002305/14-08
CONTRATADA: J. G. DE SOUSA GRÁFICA & EDITORA (CNPJ Nº 11.717.623/0001-04).
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Preg. Elet. nº 015/SSP-PI/2014.
OBJETO: confecção de material gráfico previsto no Plano de Trabalho do CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 156/2012 (SICONV Nº 7758933/2012) - Programa integrado de Condicionamento físico e aprimoramento do Ensino Integrado nas instituições de Segurança Pública do Estado do Piauí.
VIGÊNCIA: até 31.12.2015.
VALOR: R\$ 11.218,00 (onze mil, duzentos e dezoito Reais)
FONTE DE RECURSOS: 00e 10 (CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 156/2012);
Elementos de despesas: 3.3.90.39, Classificação Programática: 12.101.06.181.01.1.286.
DATA DA ASSINATURA: 02.06.2015.

FABIO ABREU COSTA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Of. 016



Governo do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete Militar da Governadoria



PUBLICAÇÃO DE ERRATA REFERÊNCIA: CONTRATO Nº 006/2015-GAMIL

Na Publicação do EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015-GAMIL, Publicado no DOENº 61/2015, datado de 01/04/2015, Pg.29, Onde se lê:

Origem dos Recursos: RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL (Fonte: 100), na rubrica de despesas – 33.90.33 – Aquisição de Passagens e Locomoção.

Vigência: Data de Assinatura – 27 de março de 2015

Leia-se:

Origem dos Recursos: RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL (Fonte: 100), na rubrica de despesas – 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Vigência: até 31 dezembro 2018 a contar da data de sua assinatura 26 de março de 2015

Of. 225



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2013

Contratante: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí.
Contratado: Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Campo Maior - SAAE
CNPJ.: 05.514.609/0001-00
Objeto: 2º Aditivo ao Contrato nº 064/2013 – prorrogação de vigência.
Fundamentação: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 21.06.93, Parecer PGE/PLC nº 660/2015 e Processo nº 0066.000.01769/2015-5.
Vigência: 12 (doze) meses a contar de 12/07/2015.
Data da Assinatura: 09/06/2015.

EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2013

Contratante: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí.
Contratado: Servi-San Vigilância e Transportes de Valores Ltda
CNPJ.: 12.066.015/0001-31
Objeto: 5º Aditivo ao Contrato nº 064/2013 – Serviço de Vigilância – prorrogação de vigência.
Fundamentação: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 21.06.93, Parecer PGE/PLC nº 508/2015 e Processo nº 0066.000.01769/2015-5.
Vigência: 12 (doze) meses a contar de 08/07/2015.
Data da Assinatura: 03/06/2015.

Of. 021



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/15-CPL

A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍS/A – AGESPISA, por sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada por Portaria de nº 119/2015, com base na Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações, torna público aos interessados que encontra-se **SUSPENSA o ETP Nº 03/15 – CPL, Objetivando a Contratação de Serviços de Rastreamento e Monitoramento, Com Adesão o Sistema de Instalação dos Veículos Automotores da Agespisa**, em virtude da análise da impugnação ao edital proposta pela OI MOVEL S/A. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame. Outras informações poderão ser obtidas pelos interessados através do telefone: 3222-0043 ou no seguinte endereço: **A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍS/A Av. Mal. Castelo Branco, 101, bairro Cabral, 5º Andar Bloco “C”.**

Teresina, 10 de junho de 2015.

Carlos Alberto Matão Lemos
Presidente da CPL

Raimundo Nonato Farias Trigo
Diretor Presidente Interino

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/15 - CPL

OBJETO: MELHORIA E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO PASSAGEM DAS PEDRAS, LOCALIZADO NA ZONA URBANA DE PICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, NO TERMO DE REFERÊNCIA E DE MAIS ANEXOS. Acha-se aberto na AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, no setor de Licitações, sito na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 101-N - Cabral, 5º andar, Bloco “C”, o **Edital de Tomada de Preços Nº 04/15 - CPL, com abertura dos envelopes, no dia 01 de julho de 2015, às 09:00 horas, no endereço acima.** O Edital em seu inteiro teor será entregue aos interessados diariamente, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O valor do Edital é de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, para cobrir despesas com reprografia. Maiores informações pelo telefone (86) 3222-0043

Teresina, 10 de junho de 2015.

Carlos Alberto Matão Lemos
Presidente da CPL

Raimundo Nonato Farias Trigo
Diretor Presidente Interino

Of. 671



COORDENADORIA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO-ABERTURA

CARTA CONVITE 002/2015 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00952/2015/CLC/DPE

OBJETO: contratação de empresa para aquisição e instalação de isolamento acústico em duas salas do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, através do Convênio 050/2012, para Defensoria Pública do Piauí.

ABERTURA: 17 de junho de 2015 para Abertura.

HORÁRIO: 10h00min (horário Local).

LOCAL: sala da Coordenadoria de Licitação e Contratos, situada à Rua Nogueira Tapety, nº 138, bairro dos Noivos, Teresina-PI, CEP: 64.046-020/ Teresina/PI, (86) 3235-7527 e Fone (86) 3233/7407 e 98845-2422

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, inciso III da Lei nº 8.666/93.

EDITAL: Encontra-se à disposição dos interessados no site TCE-PI licitações web e no endereço acima, no horário de 7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira e poderá ser retirado por meio de pen drive ou mídia óptica (CD).

CONTATO: (86) 8845-2422. cpldpe@defensoria.pi.gov.br

Reginaldo Correia Moreira Filho
Presidente da CPL/DPE

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública-Geral

Of. 060



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2015

PARTES: Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

OBJETIVO: Viabilização do pagamento da 1ª parcela do 13º salário dos inativos e pensionistas do Poder Judiciário.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015

ASSINATURAS: Marcos Steiner Rodrigues Mesquita, pelo IAPEP
Raimundo Eufrásio Alves Filho, pelo Tribunal de Justiça

EXTRATO DE CONTRATO

TIPO: CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL.

CEDENTE: Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A - EMGERPI

CESSIONÁRIO: Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí - IAPEP

OBJETO: Cessão de uso de um automóvel, modelo VW/ SAVEIRO CL, Placa LVG-8802, Ano 1996, Código Renavam 651227283.

PRAZO: 05 (cinco) anos.

DATA DA ASSINATURA: 04 de maio de 2015.

ASSINATURAS: Marcos Steiner Rodrigues Mesquita, pelo IAPEP e José Ricardo Pontes Borges, pela EMGERPI.

Of. 1312



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº PJU/002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0051/2015 – A

OBJETO: a inclusão do preenchimento de água dos 10 (dez) garrações de 20 (vinte) litros retornáveis, para os bebedouros recém adquiridos.

CONTRATADA: AGESPISA- ÁGUA E ESGOTOS DO PIAUÍ/S/A

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Nº 8.666/93.

DATA: 09 de junho de 2015.

Assinaturas: Eng. José de Araujo Dias (Diretor Geral do DER/PI) e Raimundo Nonato Farias Trigo (Diretor Presidente/AGESPISA)

Of. 029



EXTRATO CONTRATUAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 016/2015

OBJETO: Contratação da empresa para locação de 02 (dois) veículos: 01 (um) Veículo tipo Caminhonete, tração 4X4, câmbio automático, ar-condicionado, direção hidráulica; e 01 (um) Veículo utilitário sedan, 4 portas, ar-condicionado, direção hidráulica.

CONTRATANTE: CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS – CAMPI, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF de nº 14.360.356/0001-40, Organização Social conforme Contrato de Gestão nº 419/2013 celebrado com o Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Picos – PI.

CONTRATADO: A EMPRESA MANDACARU LOCAÇÕES E EVENTOS – Pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antônio Joaquim do Nascimento, nº 80, centro de Alegrete do Piauí – PI, inscrita no CNPJ: 17.052.294/0001-06.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 72.800,00 (Setenta e dois mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de Junho de 2015.

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015

Picos – PI, 09 de Junho de 2015.

MILENA VALDINÉIA DA SILVA
Diretora Geral

EXTRATO CONTRATUAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 017/2015

OBJETO: SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NAS FUNÇÕES: AUXILIAR DE PORTARIA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

CONTRATANTE: Centro de Assistência Médica de Picos – CAMPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF de nº 14.360.356/0001-40, Organização Social conforme Contrato de Gestão nº 419/2013 celebrado com o Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Picos – PI, com sede na Avenida Senador Helvídio Nunes de Barros, nº 8182, Paraibinha, Picos – PI.

CONTRATADO: MANDACARU LOCAÇÕES E LIMPEZA – pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 17.052.294/0001-06, situada na Rua Antônio J. do Nascimento, 80, Centro, Alegrete do Piauí – PI.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global de R\$ 115.333,68 (cento e quinze mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de Junho de 2015.

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015

Picos – PI, 09 de Junho de 2015.

MILENA VALDINÉIA DA SILVA
Diretora Geral

Of. 028

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PREGAÇÃO PRESENCIAL 079/2014. OBJETO: aquisição de material de expediente para o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra (1ª ETAPA). **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Educação. **Contratado:** GLOBAL PAPELARIA E COMERCIO LTDA. **Vigência:** da assinatura do contrato até 31/12/2015. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** tudo a fim de dar continuidade aos serviços prestados pela administração, por interesse das partes, no resguardo do patrimônio público e nos demais princípios do direito administrativo, mediante formalização de contrato dentro da vigência da ata de registro de preços, mantida impreterivelmente a obtenção de preços, o equilíbrio econômico financeiro e condições mais vantajosas para a administração, não havendo quaisquer acréscimos de valores ou condições correlatas em favor da administração e em respeito e amparo legal ao artigo 57 da lei 8.666/93 e artigo 12, § 2º, § 4º do decreto federal 7.892/2013. **VALOR:** R\$ 10.239,03. **FONTE DE RECURSOS:** FNDE, PROJETO/ATIVIDADE: 2054. **DATA DA ASSINATURADO CONTRATO:** 27/05/2015

Picos, 27 de maio de 2015.

Maycon João de Abreu Luz
Progoeiro

P. P. 18959

PREFEITURAMUNICIPALDEPICOS

EXTRATODE CONTRATO

Contrato Tomada de Preços nº 007/2015. Objeto: contratação de empresa especializada para construção de quadra de esporte para implantação de infraestrutura esportiva no município de Picos-PI. Contratante: MUNICÍPIO DE PICOS/PI. Contratado: CONSTRUIR EMPREENDIMENTOS LTDA. Vigência: 225 dias, contados da data de assinatura do contrato. Valor: R\$ 480.162,10. Fonte de Recursos: CONVÊNIO Nº 794589/2013 - MINISTÉRIO DO ESPORTE, FPM, ICMS, IPVA, ITR, ISS, ARRECADADO E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS. Assinatura do contrato: 08/06/2015.

Picos, 10 de junho de 2015.
Maycon João de Abreu Luz
Presidente CPL

PREFEITURAMUNICIPALDEJÚLIOBORGES-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JÚLIO BORGES - PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2015, do tipo MENOR PREÇO e ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em 24/06/2015 às 8:00h. OBJETO: Aquisição de combustível na cidade e Teresina: **RECURSO:** FPM/ISS/SAMU FMS/OUTROS. **VALOR: R\$ 41.180,00 EDITAL:** Avenida Antônio Ribeiro, Nº 101, fone/fax (89) 3553-0040. Email: Pmjulioborges2013@hotmail.com

O MUNICÍPIO DE JÚLIO BORGES - PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2015, do tipo MENOR PREÇO e ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em 24/06/2015 às 9:00h. OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de refeições na cidade de Júlio Borges e serviços de hospedagem de pacientes em tratamento na cidade de Teresina: **RECURSO:** FPM/ISS/SAMU/FMS/FMAS/OUTROS. **VALOR: R\$ 86.719,00 EDITAL:** Avenida Antônio Ribeiro, Nº 101, fone/fax (89) 3553-0040. Email: Pmjulioborges2013@hotmail.com

Júlio Borges - PI, 09 de junho de 2015.
Antonio Duarte de Jesus
Pregoeiro.

PREFEITURAMUNICIPALDEALTOS-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS- PI, torna público, que realizará licitação no dia 26/06/2015, às 09:00h, na Sala da CPL, na Praça Cônego Honório, nº 30, Centro, na Cidade de Altos-PI, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015, do tipo menor preço MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO GLOBAL E EMPREITADA GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de conclusão da creche padrão FNDE, no Bairro São Luiz, no Município de Altos. **FONTE DE RECURSO:** PRÓPRIO/FNDE. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 333.035,93 O Edital e maiores no endereço acima de 2ª a 6ª feira no horário de 08:00 às 13:00 horas. Telefone: (086) 3262-1557. Email altosopl@gmail.com.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS-PI, torna público, que realizará licitação no dia 26/06/2015, às 11:00h, na Sala da CPL, na Praça Cônego Honório, nº 30, Centro, na Cidade de Altos-PI, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015, do tipo menor preço MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO GLOBAL E EMPREITADA GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de conclusão da creche padrão FNDE, no Bairro Tranqueira, no Município de Altos. **FONTE DE RECURSO:** PRÓPRIO/FNDE. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 333.035,93. O Edital e maiores no endereço acima de 2ª a 6ª feira no horário de 08:00 às 13:00 horas. Telefone: (086) 3262-1557. Email altosopl@gmail.com.

Altos (PI), 10 de junho de 2015
José Hamilton Lima Santos
Presidente da CPL

PREFEITURAMUNICIPALDEPALMEIRADOPIAUI-PI

AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Em retificação ao aviso de licitação do **Pregão Presencial nº 014/2015**, tendo como objeto a prestação de serviços de realização de exames e consultas, publicada no dia 09/06/2014, onde se lê "10:00 h" leia-se "14:00h".

Palmeira do Piauí, 10 de junho de 2015.
Erinaldo Cunha Lemos
Pregoeiro

PREFEITURAMUNICIPALDEPALMEIRADOPIAUI-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ - PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2015, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 24/06/2015 às 15:00h. Objeto: Aquisição de fardamento. **RECURSO:** Orçamento Geral/2015. **VALOR:** R\$ 19.000,00. Edital: Praça Né Luz, 322, Centro, Palmeira do Piauí-PI, fone/fax 89-3568-1206.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ - PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2015, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 24/06/2015 às 16:00h. Objeto: Aquisição de material de informática. **RECURSO:** Orçamento Geral/2015. **VALOR:** R\$ 193.628,70. Edital: Praça Né Luz, 322, Centro, Palmeira do Piauí-PI, fone/fax 89-3568-1206.

Palmeira do Piauí, 10 de junho de 2015.

Erinaldo Cunha Lemos
Pregoeiro
P. P. 18961

PREFEITURAMUNICIPALDEAVELINOLOPES-PI

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

A P. M. Avelino Lopes- PI realizará Pregão Presencial nº 30/2015, conforme Leis 10.520/02, 8.666/93 e Lei Municipal 389/13 TIPO: Menor Preço ADJUDICAÇÃO: Global por Item OBJETO: Aquisição de 01 Veículo Tipo Ambulância destinado a Prefeitura Municipal de Avelino Lopes - PI ABERTURA: 23/06/2015 às 09h30min, na sede da P. M. situada na Av. Bom Jesus, 213, Centro.

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015

A P. M. de Avelino Lopes- PI realizará Tomada de Preço nº 06/2015, conforme Leis 8.666/93 e Lei Municipal 389/13 TIPO: Menor Preço ADJUDICAÇÃO: Empreitada Integral OBJETO: Contratação de empresa para executar a Construção da Praça de Eventos no Município de Avelino Lopes-PI ABERTURA: 26/06/2015 às 09h00min, na sede da P. M. situada na Av. Bom Jesus, 213, Centro.

Avelino Lopes (PI), 09 de junho de 2015.

FERNANDA PEREIRA PORTELA
Pregoeira/Presidente da CPL

PREFEITURAMUNICIPALDEALAGOINHADOPIAUI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Processo Administrativo Nº 031/2015. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através de seu Pregoeiro torna público que realizará a abertura do Edital de Pregão Presencial abaixo citado, na conformidade da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e da Lei Complementar 123/2006, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório. Processo Administrativo nº 031/2015. Pregão Presencial nº. 010/2015. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O PROGRAMA BRASIL CARINHOSO DESTE MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Tipo de Licitação: Menor preço. Regime de Execução: Empreitada Global. Suporte Legal: Normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto 002 e 003/2013. Fonte de Recursos: FNDE - BRASIL CARINHOSO TD - BRASIL CARINHOSO. Data da Abertura: 22 de Junho de 2015. Hora da Abertura: 10:00 h. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal. Valor Previsto: R\$: 33.140,77 (trinta e três mil e cento e quarenta reais e setenta e sete centavos). Observação: O edital se encontra disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e na sede da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí-PI. Telefone pra contato nº (89) 3442-1124.



PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015

Processo Administrativo Nº. 032/2015. A Comissão Permanente de Licitação – CPL, através de seu Pregoeiro torna público que realizará a abertura do Edital de Pregão Presencial abaixo citado, na conformidade da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e da Lei Complementar 123/2006, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório. Processo Administrativo nº 032/2015. Pregão Presencial nº. 011/2015. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAL DIDÁTICO PARA A MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHES DESTE MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Tipo de Licitação: Menor preço. Regime de Execução: Empreitada Global. Suporte Legal: Normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto 002 e 003/2013. Fonte de Recursos: FNDE – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL TD. Data da Abertura: 22 de Junho de 2015. Hora da Abertura: 11:30h. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal. Valor Previsto: R\$: 24.232,23 (Vinte e quatro mil e duzentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos). Observação: O edital se encontra disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e na sede da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí – PI. Telefone pra contato nº (89) 3442-1124.

Alagoinha do Piauí (PI), 09 de Junho de 2015.

MAURISTELA FRANCISCA RODRIGUÊS
Pregoeiro da CPL

P. P. 18968



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DOS TRANSPORTES - SETRANS
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 de 21/06/93; **PARTICIPANTES:** Secretaria de Transportes e a Polícia Militar do Piauí, tendo como interveniente o Departamento de Estradas e Rodagens o Departamento Estadual de Trânsito e a Secretaria de Estado da Fazenda; **OBJETO:** Executar o policiamento ostensivo e o controle do sistema de transportes de passageiros, convencional e alternativo, semi-urbano e por fretamento nas rodovias e estradas estaduais e federais delegadas. **FONTE DE RECURSO:** Sem ônus para o Tesouro Estadual; **SIGNATÁRIO:** GUILHERMANO PIRES FERREIRA CORRÊA – SETRANS; CEL. CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA – PM/PI; JOSÉ DE ARAÚJO DIAS – DER/PI; ARAO MARTINS DO RÉGO LOBÃO – DETRAN/PI; RAFAEL TAJRA FONTELES – SEFAZ/PI e JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS – Governador do Estado do Piauí. **DATA DA ASSINATURA:** 13/03/2015.

Teresina (PI), 09 de junho de 2015.

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 772

AVISO DE RETIFICAÇÃO – CPL

O Secretário Estadual de Transportes vem por meio desta tornar sem efeito a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 056/2015, 057/2015 e 058/2015 Processo Administrativo nº AA. 319.1.000106/15-24, efetuada no Diário Oficial do Estado, Edição de 27/05/2015, pag. 17, considerando falha formal na referida publicação. Publique-se

Teresina (PI), 10 de junho de 2015.

Luzinete Lima Silva Muniz Barros
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 776

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DOS TRANSPORTES - SETRANS
GABINETE DO SECRETÁRIO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS. DESAPROPRIAÇÃO. LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS.

O Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Transportes, na forma da lei, FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE, que o ESTADO DO PIAUÍ move Ação de Desapropriação contra LEONARDO PINTO GUEDES FERRÊIRA, Processo 0011555-53.2013.8.18.0140, objetivando o levantamento do depósito efetuado a título de indenização referente à desapropriação do imóvel registrado no 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis – 3ª Circunscrição, sob o número de ordem R-3 110.103, ficha 01, livro de Registro Geral nº 02. Imóvel com área de 18,0136 hectares e perímetro de 2.016,97 metros, declarado de utilidade pública, conforme Decreto Estadual nº. 14.915/2012, de 09 de agosto de 2012.

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 776

DEJAILDO LIMA DE SOUSA, CPF: 990.274.373-00, Av. Murilo Neiva, sn, Centro, Jardim do Mulato-PI, requereu a SEMAR a Licença de Operação-LO de seus veículos transportadores de produtos perigosos. Teresina-PI, 06 de junho de 2015

P. P. 18956

RECEBIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

WALDEMIRO SOLETTI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 006.563.480-20, com endereço situado na Rua José Luiz Pereira, nº. 656, bairro Maonte Libano, Campo Grande - MS, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR Prorrogação de Licença de Instalação nº. D000302/15 – Processo nº. 006711/11, com validade até 03/06/2017, para desempenhar a atividade de produção de grãos no Empreendimento Agrícola “Fazenda Maringá I, Maringá II e Ponte Preta”, Zona Rural, Município de Baixa Grande do Ribeiro.

PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

WALDEMIRO SOLETTI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 006.563.480-20, com endereço situado na Rua José Luiz Pereira, nº. 656, bairro Maonte Libano, Campo Grande - MS, torna público que requereu a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR - PI, Prorrogação da Licença de Instalação, para o Empreendimento Agrícola “Fazenda Maringá I, Maringá II e Ponte Preta, Zona Rural, Município de Baixa Grande do Ribeiro, onde desenvolve projeto agrícola com o cultivo de grãos, conforme Processo Ambiental nº 008250/12. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada à SEMAR/PI.

P. P. 18958

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
Superintendência de Regulação
Despacho do Superintendente

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, torna público que, no período de 4 a 29/04/2015, foi requerida e encontrada em análise a seguinte solicitação de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Prefeitura Municipal de Floriano, rio Parnaíba, Município de Floriano/Piauí, esgotamento sanitário.

RÓDRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

P. P. 18960

ESTADO DO PIAUÍ

CAMARA MUNICIPAL DE BARRO DURO

Requerimento nº02 /2015 Barro Duro (PI), 15 de Abril de 2015.

O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que o Sr. Presidente desta Casa Legislativa solicite ao Poder Executivo deste Município cópia das licitações e contratos de todos os carros alugados para a Prefeitura Municipal de Barro Duro, contendo valores de alugueis e o período. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze (15-04-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR.

REQUERIMENTO Nº 003/2015 Barro Duro-PI, 23 de Abril de 2015.

JOAO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara de Vereadores, ouvindo o Plenário e seguindo os trâmites legais e regimentais, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem o seguinte pedido: * Que a Prefeitura Municipal de Barro Duro-PI faça o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais de nível médio da Saúde de nosso município. **Justificativa:** Os salários destes profissionais estão abaixo dos valores pagos em outros municípios do mesmo porte do nosso. Além disso, muitos profissionais trabalham em situações de risco e não são bem remunerados, como enfermeiros e agentes de saúde. João Vieira da Silva - Vereador do PR.

Requerimento nº04 /2015 Barro Duro (PI), 20 de Maio de 2015.

O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a concessão de título de cidadão barrodurense ao Sr. **DEUSAMAR MENDES DA CUNHA**, pelos seus relevantes serviços prestados em nossa cidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quinze (20-05-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR.

Requerimento nº05 /2015 Barro Duro (PI), 20 de Maio de 2015.

O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a concessão de título de cidadão barrodurense ao Sr. **GECIMAR MENDES DA CUNHA**, pelos seus relevantes serviços prestados em nossa cidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quinze (20-05-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR.

Requerimento nº06 /2015 Barro Duro (PI), 21 de Maio de 2015.

O Vereador André Migliano Pessoa, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PTC com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a concessão de título de cidadão barrodurense ao Doutor e Deputado Estadual José Pessoa Leal (Dr. Pessoa), pelos seus relevantes serviços prestados em nossa cidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte e um dias do mês de Maio de dois mil e quinze (21-05-2015). André Migliano Pessoa - Vereador do PTC

Requerimento nº07 /2015 Barro Duro (PI), 22 de Maio de 2015.

A Vereadora Maria de Jesus Pessoa Alencar, brasileira, viúva, residente nesta cidade, vereadora do PSB com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem o seguinte pedido: que a Prefeitura Municipal de Barro Duro faça o calçamento na estrada do Povoado Riacho Seco, a partir da casa da senhora Maria Pessoa até a casa do senhor Cílio, devido à lama e poeira que causam diversas doenças nesta comunidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e quinze (22-05-2015). Maria de Jesus Pessoa Alencar - Vereadora do PSB

Requerimento nº08 /2015 Barro Duro (PI), 22 de Maio de 2015.

A Vereadora Maria de Jesus Pessoa Alencar, brasileira, viúva, residente nesta cidade, vereadora do PSB com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem o seguinte pedido: que a Prefeitura Municipal de Barro Duro faça o calçamento da Rua Projeta 01, conforme pedido de moradores, através de abaixo-assinado, devido à lama e poeira que causam diversas doenças nesta comunidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e quinze (22-05-2015). Maria de Jesus Pessoa Alencar - Vereadora do PSB.

Requerimento nº09 /2015 Barro Duro (PI), 28 de Maio de 2015.

O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a concessão de título de cidadão barrodurense ao Sr. **JOSÉ DA CRUZ DE MOURA**, pelos seus relevantes serviços prestados em nossa cidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte e oito dias do mês de Maio de dois mil e quinze (28-05-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR.

Requerimento nº10 /2015 Barro Duro (PI), 28 de Maio de 2015.

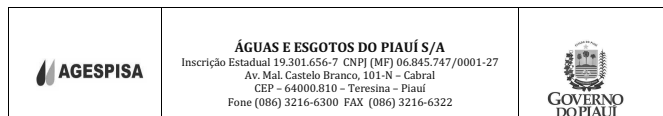
O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a concessão de título de cidadão barrodurense ao Sr. **JOSÉ BINA DE MOURA FILHO**, pelos seus relevantes serviços prestados em nossa cidade. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos vinte e oito dias do mês de Maio de dois mil e quinze (28-05-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR

Requerimento nº11 /2015 Barro Duro (PI), 05 de Junho de 2015.

O Vereador João Vieira da Silva, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vereador do PR com assento nesta Augusta Câmara, na forma regimental, ouvindo o Plenário, vem requerer de Vossas Excelências que aprovem a seguinte reivindicação: * Que a Prefeitura Municipal de Barro Duro faça um quebra-molas na Rua João Pinheiro, em frente à casa do Sr. José Bina de Moura, devido ao grande fluxo de veículos e motos que passam constantemente nesta rua. *Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barro Duro-PI*, aos cinco dias do mês de Junho de dois mil e quinze (05-06-2015). João Vieira da Silva - Vereador do PR.



**DELTA DO PARNAÍBA EMPREENDIMENTOS,
TURISMO E INCORPORAÇÕES S.A.**
CNPJ/MF 07.585.147/0001-30
NIRE 22.3.0000812-9



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELTA DO PARNAÍBA EMPREENDIMENTOS, TURISMO E INCORPORAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2015.**

LOCAL, DIA E HORA: Na sede social da Companhia, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua Thomaz de Area Leão nº 1739 - B, Ininga, às 09:00 horas do dia 12 de Março de 2015.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA DE ACIONISTAS: Convocação devidamente publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí e no Diário do Povo do Piauí nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro de 2015, nas folhas 11,17 e 55, e 12, 12 e 12, respectivamente. Presença de acionistas representando 70% (setenta por cento) do capital social total e votante da Companhia, conforme atestam as assinaturas na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**).

MESA: Presidente: Raúl Alonso Alonso
Secretária: Alमुdena Hinojosa Bermejo

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (ii) consignação da apuração de prejuízos da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Após a devida análise e discussão, aprovar, sem ressalvas ou emendas, nos termos do art. 132 da Lei nº 6.404/76, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as quais, colocadas à disposição dos acionistas para análise, ficam arquivadas na sede da Companhia.
2. Consignar a apuração de prejuízo no valor de R\$ 224.791,61 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e noventa e um centavos) no exercício social encerrado em 31.12.2014. Em razão da apuração de prejuízo no exercício, os Sócios não farão jus ao recebimento de nenhum valor a título de distribuição de dividendos ou lucros, relativos ao período em referência.
3. Aprovar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia em forma sumária, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e por todos os presentes.

ASSINATURAS: Presidente da Assembléia: Raúl Alonso Alonso; Secretária da Assembléia: Alमुdena Hinojosa Bermejo; Acionistas: Hinober Brasil Participações Ltda.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Teresina, 12 de março de 2015.

Raúl Alonso Alonso
PRESIDENTE

Alमुdena Hinojosa Bermejo
SECRETÁRIA

P. P. 18962

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER

O Conselho de Administração da Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA, após examinar as Demonstrações Financeiras, os documentos que as acompanham e o Relatório dos Auditores Independentes, Chronus Auditores Independentes S/S, emitido em 17 de abril de 2015, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, manifesta-se no sentido de que, conforme explicitado pelo Auditor Independente, as referidas demonstrações não apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da AGESPISA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Este Conselho de Administração determina que a Companhia envie esforços a fim de solucionar os pontos enfatizados no Relatório dos Auditores Independentes com as ressalvas nele especificadas. Para tanto, deverão ser adotadas as providências descritas abaixo:

- Revisão e reestruturação do plano de contas da Companhia, fazendo sua adaptação para as novas normas e pronunciamentos contábeis vigentes;
- Melhoria dos controles de Contas a Receber, procedendo uma revisão detalhada dos processos realizados pela área comercial da Companhia, no que diz respeito aos registros contábeis e controles dos saldos mantidos entre os sistemas comercial e contábil; e
- Revisão e implantação de novos controles para o grupamento do Ativo Imobilizado da Companhia.

Teresina, 01 de junho de 2015.

HERBERT BUENOS AIRES DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração

RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Membro do Conselho de Administração

NEIDE DE JESUS CARVALHO
Membro do Conselho de Administração

LOUGUINHO DE SANTANA CRONEMBERGER
Membro do Conselho de Administração

CONSELHO FISCAL

PARECER



O Conselho Fiscal da Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, acompanhada das respectivas notas explicativas, bem como do Relatório dos Auditores Independentes Chronus Auditores Independentes S/S, de 17 de abril de 2015. O Conselho Fiscal opina no sentido de que as demonstrações não apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da AGESPISA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. O Conselho Fiscal se manifesta no sentido de que a Companhia envie esforços a fim de solucionar os pontos enfatizados no Relatório dos Auditores Independentes com as ressalvas nele especificadas.

Teresina, 04 de Maio de 2015.

GISELE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal

MÁRCIO NAHAS RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal

ODIMIRTES ARAÚJO COSTANEVES
Membro do Conselho Fiscal

	<p>ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A Inscrição Estadual 19.301.656-7 CNPJ (MF) 06.845.747/0001-27 Av. Mal. Castelo Branco, 101-N - Cabral CEP - 64000.810 - Teresina - Piauí Fone (086) 3216-6300 FAX (086) 3216-6322</p>	
---	--	---

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGESPISA REFERENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Senhores Acionistas,

Para cumprimento das formalidades legais preceituadas na Lei das Sociedades Anônimas, que orienta as atividades das Sociedades de Economia Mista, como é o caso desta empresa, estamos apresentando, através do presente Relatório, para o competente exame e considerações dos senhores acionistas, reunidos em Assembléia Geral Ordinária, o Balanço do exercício de 2014, contendo as demonstrações de todas as peças exigidas pela citada Lei, ou seja, demonstrativos financeiros e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício financeiro, encerrado em 31 de dezembro de 2014, devidamente acompanhados dos Pareceres Favoráveis dos Conselhos FISCAL e de ADMINISTRAÇÃO

Vale ressaltar, na oportunidade, que a AGESPISA atualmente opera em 155 zonas urbanas e 23 comunidades rurais em abastecimento de água em tratamento e destino final de esgotamento sanitário nos municípios em que detém a concessão/contrato de programa

No exercício de 2014, esta empresa com maior ênfase, deu continuidade as suas ações, visando principalmente o incremento da arrecadação, o controle de perdas do sistema de água, desperdício de água e energia elétrica e consumo de produtos químicos, além de investir intensamente na reciclagem através de treinamento de pessoal e educação ambiental da população jovem nos municípios atendidos via concessão.

A imagem da empresa no momento, em virtude dos resultados de um trabalho que visou principalmente a moralização administrativa, eficiência no atendimento e qualidade dos produtos oferecidos está se mantendo dentro dos padrões aceitáveis.

Assim, mereceram destaque, no exercício de 2014, as realizações e as providências adotadas em todas as áreas de atuação da empresa, a seguir demonstradas:

1. DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – DIPRE

A Diretoria da Presidência que tem como função principal o desenvolvimento das políticas da empresa voltadas para a obtenção das condições necessárias ao desenvolvimento normal das atividades ligadas à universalização do acesso a água potável e ao esgotamento sanitário no estado do Piauí, de modo particular nos municípios que administra através de concessão.

A Diretoria da Presidência está estruturada com 07 (sete) Assessorias: ASCOM, ASJUR, CPL, ASDEX, ASNOP, ASTEP e ASTIN, que em função de seus desempenhos implementaram, durante o ano de 2014, ações que merecem destaque conforme segue:

- A **Assessoria de Comunicação** da AGESPISA atuou com vistas a garantia de visibilidade das ações da empresa, propiciando transparência à gestão e prestando conta aos seus usuários, principalmente quanto:
 - Produção de textos para divulgação nos meios de comunicação, organização de eventos, edição de material educativo sobre uso racional da água e registro de ações importantes da empresa em boletins e no Site da empresa.
- A **Assessoria Jurídica** da empresa acompanhou a tramitação de inúmeros processos judiciais, no exercício de 2014, sendo que a maioria destes são da esfera trabalhista e os demais das esferas da justiça.

- **Comissão Permanente de Licitação** realizou no exercício de 2014 diversas licitações nas modalidades, convite, tomadas de preços, concorrências públicas e pregões presenciais.
- A **Assessoria da Diretoria Executiva** atua para garantir a administração estratégica no controle da emissão e recebimento de documentos, passagem aérea, juntamente com o Diretor Presidente supervisionando e controlando todos os atos administrativos para garantir o abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- A **Assessoria de Normas e Procedimentos** atuou estrutura organizacional da empresa quanto a construção de normas e procedimentos;
- A **Assessoria de Técnica da Presidência** atuou como apoio direto ao Diretor Presidente desta empresa;
- A **Assessoria de Tecnologia e Informação** atuou como apoio e suporte a toda empresa na manutenção e controle de suporte informático;

2. DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN

Durante o exercício de 2014, a Diretoria Financeira continuou exercendo um controle eficaz sobre os pagamentos desta empresa. Em razão da necessidade de fazer funcionar os serviços de abastecimento de água e de esgotos, a DIFIN priorizou o pagamento em dia de insumos e equipamentos essenciais à manutenção dos sistemas, como: produtos químicos, tubos, bombas, transportes, combustíveis, como também serviços de manutenção de rede, tapa-buracos, ARSETE, entre outros também considerados importantes para o seu funcionamento.

Entre as principais ações desenvolvidas pela DIFIN, no exercício 2014, estão as seguintes: cumprimento da tabela anual de pagamento de salários dos empregados de janeiro a dezembro, isto é, pagamento dentro do próprio mês trabalhado; antecipação da 2ª parcela do 13º salário, bem como pagamento da 1ª parcela do 13º nas férias do empregado, pagamento de férias nos dias 1º e 10 do mês de gozo; negociação e pagamento da ELETROBRAS no valor total de R\$ 20.430.111,58; Pagamento das despesas decorrentes dos investimentos com recursos próprios da AGESPISA tais como: expansão de rede, manutenção dos escritórios da AGESPISA em todo o estado, perfuração e manutenção de reservatórios e poços tubulares, entre outros; Pagamento de Taxas, Impostos e Tributos como: R\$ 8.102.216,29 de INSS dos empregados, R\$ 26.797.710,83 pagamento de INSS PATRONAL, R\$ 15.628.568,51 pagamento de IRPF, R\$ 10.301.464,97 pagamento de FGTS e R\$ 2.436.575,04 parcelamento de FGTS; Outros pagamentos de empréstimos, planos de saúde e despesas jurídicas.

A Diretoria Financeira está sempre envidando esforços para assegurar a viabilidade financeira desta empresa, planejando com as demais diretorias uma programação das compras e aquisições de equipamentos e cumprindo os prazos dos pagamentos negociados.

A Diretoria Financeira está estruturada em 06 Gerências: GECAR, GECPA, SUCON, GECON, DIFIN e AUDIN. Estas gerências da Diretoria implementaram durante o ano de 2014 ações a seguir relacionadas:

- A **Gerência de Controle e Arrecadação GECAR** atuou para garantir análise dos relatórios e acertos: código de barras, débito automático, encerramento de cobrança.
- A **Gerência GECPA** atuou para garantir recolhimento da contribuição previdenciária.
- A **SUCON** responsabiliza-se pelo planejamento, controle, análise e acompanhamento das atividades contábeis da empresa.
- A **GECON** é responsável pela execução e acompanhamento das atividades de escrituração do movimento contábil, análise, conciliação e custos.



- **AUDIN** é responsável por toda auditoria na da empresa de um modo em geral.

3. DIRETORIA TÉCNICA – DITEC

No exercício de 2014, a Diretoria Técnica, buscou a universalização do acesso à água tratada, ampliação da coleta de esgoto sanitário e de uma prestação de serviços de qualidade à população Piauiense, com preservação do meio ambiente.

Houve avanços significativos em todas as áreas, com priorização voltada para a melhoria da eficiência operacional da Empresa, por uma gestão de resultados com destaques para ações prioritárias, tais como: concentração de esforços para o aumento de oferta de água tratada visando atender as novas demandas populacionais do Estado. Atualmente, 2.183.385 habitantes de 155 cidades e 23 povoados piauienses contam com o Sistemas de Abastecimento de Água, operados pela AGESPISA, com índice de 98,71% de cobertura urbana desses serviços o que representa um crescimento de 1,84% de demanda populacional atendida, em relação ao ano anterior; Aumentou do número de novas ligações de água em torno de 3,05%, totalizando 749.957 ligações; Investimentos na construção e melhoria de adutoras, como: 1ª Etapa da adutora de Litoral e Construção da variante da Adutora do Garrincho; Crescimento de 3,08% do número de ligações de esgotos totalizando 56.961; Aumento do número de cidades atendidas com Esgotamento Sanitário passando de 6 para 14 cidades com implantação de novas obras financiadas através de recursos assegurados da CODEVASF, FUNASA, Ministério da Integração Nacional e Convênios feitos com as algumas Prefeituras, onde estima-se que passará de 228.198 para 328.416 habitantes atendidos por esta empresa.

Todas as áreas apresentaram avanços significativos, com priorização voltada para a melhoria da eficiência operacional da empresa, por uma gestão de resultados, com destaques para ações de maior relevância, tais como:

- Investimento do Governo do Estado para ampliação do abastecimento de água e esgoto sanitário, através da AGESPISA, com recursos do FGTS em torno de R\$ 340.000.000,00;
- Crescimento do número de ligações de água em torno de 3,05%, totalizando 749.957 ligações, e de ligações de esgotos em comparação com 2013;
- O número de cidades atendidas com esgotamento sanitário deverá passar das atuais treze (Teresina, Picos, Oeiras, Corrente, Altos, Parnaíba, Amarante, Guadalupe, Ilha Grande, Murici dos Portelas, Porto e União (recursos assegurados pela CODEVASF); e Piracuruca (recursos da FUNASA). Com os novos investimentos, a população atendida passará de 228.198 para 328.416;
- Investimentos na melhoria do abastecimento de água na construção e melhorias de adutoras, como por exemplo, da construção da 1ª Etapa da Adutora do Litoral e Construção da Variante da Adutora do Garrincho.

Trabalhou pela universalização do acesso à água tratada e pela ampliação da coleta de esgoto sanitário no estado do Piauí, bem como, juntamente com a Superintendência de Meio Ambiente desenvolveram projetos com objetivo da promoção da sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos de Ampliação de melhoria dos Sistemas de Abastecimento Água e Esgotamento Sanitário que objetivam melhorar a qualidade destes serviços.

4. DIRETORIA DE GESTÃO COMERCIAL – DIGEC

A Diretoria de Gestão Comercial - DIGEC continuou desenvolvendo ações comerciais, sendo: principalmente cadastro técnico comercial, faturamento, arrecadação e cobrança. A partir da atuação desta Diretoria, as receitas da AGESPISA têm obtido significativo crescimento através de ações que contribuíram para redução de custo e um melhor desempenho comercial no ano de 2014. Dentre as ações destacam-se:

- Promoveu a realização de licitação com vistas a execução dos serviços de leitura de hidrômetro com impressão simultânea

da fatura mensal de água e/ou esgoto, ampliando o serviço para todas as localidades operadas pela AGESPISA na capital e interior. Ampliação vem acontecendo na proporção em que o cadastro está sendo atualizado nas localidades do interior, no ano de 2014 foram implantados 30 localidades, atualmente este serviço já está sendo executado em 66 localidades, passando de R\$ 0,72 para R\$ 0,95 por unidade de conta emitida;

- Intensificar a fiscalização de ocorrência no campo, informadas pelos leituristas: suspeita de furto de água, ligações "cortadas" religadas pelos os clientes, hidrômetros violados, casas fechadas, leitura de consumo inacessível, entre outras;
- Suspensão dos serviços do fornecimento de água para os clientes inadimplentes com objetivo de aumentar a arrecadação ou de melhorar a arrecadação;
- Crescimento anual de arrecadação de R\$ 365.085.858,77 (trezentos e sessenta e cinco milhões, oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), para R\$ 381.484.759,59 (trezentos e oitenta e um milhões quatrocentos e oitocentos e quatro mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) em 2014;
- Ressalte-se que o reajuste tarifário foi apenas de 2,52% a partir de julho de 2014, por imposição da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina-ARSETÉ;
- Convém acrescentar, também, que a fiscalização das atividades comerciais nos ELO's do interior do Estado por equipes da DIGEC foi suspensa a partir do 2º semestre de 2014 em consequências das dificuldades financeiras para pagamento de diárias;
- Atualização do Cadastro Comercial de 301.348 imóveis no Estado;
- Incremento no Banco de Dados *PostGis* compatível com o Sistema comercial GSAN, proporcionando assim o acesso a mais de 19 cidades através da web e disponibilizando para impressão as plantas de quadras e do cadastro técnico existente;
- Incremento de 4,2% (25.466) no número de ligações de água no faturamento e 4,4% (28.537) no número de economias;
- Incremento de 25% no número de ligações de esgoto no faturamento e de 22% (12.993) no número de economia;
- Constatadas 5.087 ligações com irregularidades (by-pass, ligações clandestina, hidrômetro violado, etc) gerando um faturamento no valor de R\$ 1.334.114,80 (um milhão trezentos e trinta e quatro mil cento e quatorze reais e oitenta e cinco centavos) de multas.

A Diretoria de Gestão Comercial - DIGEC está estruturada juntamente com uma Ouvidoria. Este serviço desenvolveu, durante o ano de 2014 ações a seguir relacionadas:

- A Ouvidoria recebeu diversas solicitações para solução de problemas no abastecimento de água e esgotamento sanitário, num total considerável de solicitações.
- Permitiu o dialogo entre cidadão cliente e não cliente dos serviços públicos, disponibilizando o acesso a EMPRESA através de E-MAIL e pelo telefone 0800 086 8888, onde suas manifestações são recebidas, analisadas e oficializadas as unidades competentes para as soluções devidas e posteriores respostas aos clientes conforme normas e procedimentos vigentes;

- Os Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC vem disponibilizando maior integração entre a demanda do usuário e sua satisfação priorizando o atendimento de água e esgotamento sanitários aos piauienses;
- A maior demanda das reclamações é referente aos vazamentos indutor do índice de perdas quando a correção não é realizada de imediato;
- Com o objetivo de dar publicidade às ações da OUVIDORIA através do Sistema de Gestão de Saneamento – GSAN, ligações recebidas – LEUCOTRON e E-MAIL´S, os dados demonstrados abaixo são referentes ao ano de 2014.
- Ressaltamos que durante o ano de 2014 o numero de ligações recebida totalizaram 151.656, e-mail recebidos 1.849 e GSAN (Nº DE RAS) que contribuíram para uma importante participação no combate a vazamento e, conseqüentemente, diminuição do desperdício da água.

5. DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DIOPE

A Diretoria de Operações visou dar uma maior celeridade e eficiência nas decisões técnicas da empresa. A Diretoria passou a ter por competência o planejamento, a promoção, a supervisão, a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e sistema de coleta e tratamento de esgoto, procurando sempre manter os sistemas em condições adequadas de funcionamento, assegurando dessa forma a demanda, a qualidade de água, bem como a coleta e a remoção adequada dos dejetos domésticos e industriais em todo o Estado.

Continuou com a operação do Sistema da Adutora de Piau, que beneficia 25 mil famílias nos municípios de Fronteiras e Pio IX. A adutora possui 111 quilômetros de extensão e conta com estação de tratamento e dez estações elevatórias. A Diretoria realizou também inúmeras ações para manter os sistemas de abastecimento de água em operação nas cidades do interior. A Diretoria tomou medidas preventivas durante Carnaval e Reveillon, com aluguel de grupos geradores, para manter os sistemas em funcionamento nas cidades de maior movimentação.

6. DIRETORIA ADMINISTRATIVA – DIRAD

Tendo como foco o recurso humano a Diretoria Administrativa - DIRAD realizou atendimento preciso e incondicional aos empregados ativos e aposentados. Foram realizados, no intuito de uma melhor capacitação dos seus funcionários, treinamentos, seminários, cursos, encontros e reuniões objetivando resultados nos serviços oferecidos de distribuição de água e tratamento de esgoto.

Sendo responsável, também, pelo gerenciamento de todos os contratos de Terceirização de Serviços Contínuos como: vigilância, prestadores de serviços administrativos e de manutenção, locação de veículos, compra de combustível, despesas com telefonia e material de expediente e informática.

A Diretoria Administrativa - DIRAD está estruturada juntamente com as superintendências: SUDAD, SUGEP, SUPRI, que durante o ano de 2014 desenvolveram ações a seguir discriminadas:

- A Superintendência Administrativa – responsável pelo controle de dos contratos de terceirizados, despesas com aluguel de carros, contratos telefônicos e serviços prestados, aluguel de imóveis para os escritórios dos ELOS da capital e do interior;
- A Superintendência e Gestão de Pessoas - SUGEP – responsável pelo controle de dos contratos de terceirizados, despesas com aluguel de carros, contratos telefônicos e serviços prestados, aluguel de imóveis para os escritórios dos ELOS da capital e do interior;
- A Superintendência de Suprimentos - SUPRI – responsável pelo controle de dos contratos de terceirizados, despesas com aluguel de carros, contratos telefônicos e serviços prestados, aluguel de imóveis para os escritórios dos ELOS da capital e do interior;

A Diretoria em questão conseguiu obter resultados positivos na economia de recursos principalmente através da revisão dos contratos de locação de veículo e do pagamento de horas-extras. Visando um maior controle dos veículos utilizados na empresa foram implantados sistema de rastreamento e identificação própria dos carros a serviço da empresa, inibindo o uso fora do expediente de trabalho.

7. DIRETORIA DE OBRAS – DIROB

A Diretoria de Obras desenvolveu de forma dinâmica as funções a ela atribuídas, contribuindo para a programação, o controle e a supervisão das obras dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto, assim como obras civis desenvolvidas pela empresa ou contratada por outras instituições nas cidades onde atua como concessionária.

A sua área de atuação compreende a Capital e 51 (cinquenta e um) municípios, com sistemas em operação.

No exercício de 2014, a empresa ampliou e promoveu melhorias em seus sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto que somam o investimento de R\$ 49.555.719,76 (quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e setenta e seis centavos), recursos obtidos através de contratos celebrados com CODEVASF, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e CAIXA.

A empresa também garantiu investimento com recursos próprios no valor de R\$ 4.525.044,03 (quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quarenta e quatro reais e três centavos) em obras de ampliação do abastecimento de água em diversos municípios do estado como também na melhoria das instalações físicas, construção, reforma de reservatórios e de alguns prédios da empresa.

CONCLUSÃO

Vale ressaltar, na oportunidade, que foram muitos os desafios enfrentados pela Diretoria Executiva desta Empresa na busca da excelência na prestação de seus serviços. Se por um lado as limitações, principalmente financeiras, insistiram em dificultar a execução das atividades, por outro a confiança dos clientes/usuários nos serviços prestados pela AGESPISA nos estimulou e motivou ao longo dessa caminhada.

Na evidência de resultados que demonstram evolução, devem ser laureados, também, os servidores da AGESPISA que, com seus esforços diários, contribuíram para que chegássemos a resultados satisfatórios.

Por fim, não poderíamos deixar de reconhecer os esforços dos Governos Federal e Estadual, pelos apoios incondicionais, bem como das Prefeituras Municipais, que também colaboram com nossos esforços.

Teresina, 13 de abril de 2015

KARENINA DANTAS EULÁLIO ROCHA.
Diretora de Obras

FRANCISO EDWARD FROTA MONT' ALVERNE
Diretor de Operações

JOSÉ AGUIAR MARQUES
Diretor de Gestão Comercial, em exercício

ANTONIO GERIVALDO CARNEIRO BENÍCIO
Diretor Administrativo

ELISABETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

MANOEL DE CASTRO DIAS
Diretor Técnico,

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO GONÇAVES NUNES
Diretor Presidente



 AGESPISA	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A Inscrição Estadual 19.301.656-7 CNPJ (MF) 06.845.747/0001-27 Av. Mal. Castelo Branco, 101-N - Cabral CEP - 64000.810 - Teresina - Piauí Fone (086) 3216-6300 FAX (086) 3216-6322	 GOVERNO DO PIAUÍ
--	--	---

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Águas e Esgotos do Piauí S.A. - AGESPISA Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras da **Águas e Esgotos do Piauí S.A. - AGESPISA** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações financeiras

(1) A Companhia não procedeu à adequação do ICPC 01 - Contratos de concessão, seu reconhecimento e mensuração, e, portanto, não reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com essa interpretação. Diante de tais circunstâncias ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre os novos procedimentos que deveriam ter sido aplicados, bem como identificar o montante e impacto no resultado da Companhia.

(2) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos grupos "Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Contas a receber de clientes e outros recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa", não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que e, conseqüentemente, não nos permitiriam concluir sobre a adequação dos saldos dessas contas, e também, sobre a correção do valor das correspondentes receitas operacionais líquidas. Não houve constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ou a aplicação do CPC 12 - Ajuste a valor presente para elementos do ativo. Não foi possível mensurar os efeitos da não adoção dessas práticas nas demonstrações financeiras da Companhia.

(3) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação ao grupo "Ativo Não Circulante - Imobilizado" não são satisfatórios. Não há conciliação

entre os sistemas patrimonial e contábil. Em 31 de dezembro de 2014, o imobilizado líquido total da Companhia é de R\$ 790.239.776. Destes, R\$ 330.216.560 referem-se a obras em andamento cujos controles são frágeis, o que provoca diferenças tempestivas entre a conclusão da obra e sua efetiva capitalização, distorcendo a apuração de custo e o registro da despesa com depreciação. Essas inconsistências não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria na área, e bem como, concluir sobre a adequação das despesas com depreciação registradas no resultado da Companhia.

(4) Pelo fato de termos sido contratados após a realização do evento das contagens físicas dos itens de estoques promovidas pela sua área de materiais, não acompanhamos o inventário físico dos estoques na data base de 31 de dezembro de 2014 e nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria, o que nos impossibilitou de concluir sobre a adequação dos saldos dessa conta.

Opinião adversa sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, devido à relevância dos efeitos mencionados no parágrafo base para opinião adversa (1) a (4), as demonstrações financeiras acima referidas não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Águas e Esgotos do Piauí S.A. - AGESPISA** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras ainda não estão adequadas às normas internacionais de contabilidade. No caso da Companhia suas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), no que se refere a: i) registro dos ativos de concessão, considerados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no Ativo Imobilizado, enquanto que para fins de IFRS, são Ativos Intangíveis; ii) registro de ativos contingentes, registrados pelas práticas contábeis no Brasil, enquanto que para fins de IFRS não são reconhecidos; iii) ativos imobilizados, nas normas contábeis adotada no Brasil inclui bens da concessão, enquanto que para fins de IFRS considera somente bens não vinculados a concessão.

(2) As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da sociedade. Alertamos para o fato de que, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 231.046.050 e excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$ 1.026.555.458. Essas condições e, principalmente, o não pagamento de tributos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório com opinião adversa em 20 de maio de 2014.

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado



Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para opinião adversa sobre as demonstrações financeiras", não representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Teresina (PI), 17 de abril de 2015.

Chronus Auditores Independentes S/S
CRC - PE - 000.681/0 - 5 "S" - PI

Rosivam Pereira Diniz
Contadora - CRC - PE - 014050/O-4 - "S" - PI

George Claudio Martins Rodrigues
Contador - CRC - PE - 016212/O-3 - "S" - PI

 AGESPISA	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A Inscrição Estadual 19.301.656-7 CNPJ (MF) 06.845.747/0001-27 Av. Mal. Castelo Branco, 101-N - Cabral CEP - 64000.810 - Teresina - Piauí Fone (086) 3216-6300 FAX (086) 3216-6322	 GOVERNO DO PIAUÍ
--	--	--

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro Em reais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.961.496	47.183.736
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	204.698.256	213.913.627
Estoques	5	8.673.851	9.241.198
Impostos a Recuperar	6	1.382.254	1.179.497
Adiantamentos	7	3.691.106	3.785.568
Depósitos judiciais	16	25.680.738	25.315.979
Outros créditos a receber	8	12.353.000	12.327.567
Total do Ativo Circulante		278.440.702	312.947.172
Ativo Não Circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	53.918.154	42.327.816
Empréstimos compulsórios de combustíveis		211.115	211.115
Imobilizado	9	790.239.776	735.934.921
Total do Ativo Não Circulante		844.369.044	778.473.851
Total do Ativo		1.122.809.746	1.091.421.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	193.765.287	174.885.280
Empréstimos e financiamentos	11	26.149.172	27.779.062
Obrigações tributárias	12	391.207.311	359.315.327
Obrigações sociais	13	687.990.538	645.769.645
Parcelamento de impostos	14	3.457.723	4.059.426
Parcelamento Cepisa	15	2.015.815	19.661.795
Outras contas a pagar		410.314	418.091
Total do Passivo Circulante		1.304.996.160	1.231.888.625
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	-	2.697.334
Parcelamento de impostos	14	2.232.236	5.497.437
Parcelamento Cepisa	15	31.491.459	12.329.393
Provisões para demandas judiciais	16	15.135.941	15.135.941
Total do Passivo Não Circulante		48.859.636	35.660.104
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	717.511.548	717.511.548
Reservas de Capital		13.505.041	13.505.041
Prejuízos Acumulados		(1.051.889.170)	(978.150.477)
		(320.872.580)	(247.133.887)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		89.826.530	71.006.181
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(231.046.050)	(176.127.706)
Total do Passivo		1.122.809.746	1.091.421.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Operações			
Receita Líquida	18	375.933.535	369.833.110
Custo dos serviços prestados	19	(241.372.259)	(214.329.320)
Lucro bruto		134.561.276	155.503.790
Despesas administrativas	20	(107.683.741)	(100.363.888)
Despesas comerciais	21	(18.751.712)	(19.038.780)
		(126.435.453)	(119.402.667)
Lucro operacional		8.125.822	36.101.123
Receitas financeiras	22	6.009.799	4.837.226
Despesas financeiras	23	(89.420.455)	(60.196.041)
Resultado financeiro líquido		(83.410.655)	(55.358.814)
Prejuízo líquido antes do IRPJ e CSLL		(75.284.833)	(19.257.692)
Prejuízo líquido do exercício		(75.284.833)	(19.257.692)
Prejuízo Líquido por ação do capital social no fim do exercício		(0,4987)	(0,1276)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro Em reais

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo líquido do exercício	(75.284.833)	(19.257.692)
Resultado abrangente total do exercício	(75.284.833)	(19.257.692)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diário Oficial

28



Teresina(PI) - Quinta-feira, 11 de junho de 2015 • Nº 107

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014

Em reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Subtotal	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	717.511.548	13.505.041	(956.088.879)	(225.072.290)	34.910.369	(190.161.921)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(2.803.905)	(2.803.905)	-	(2.803.905)
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	36.095.813	36.095.813
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(19.257.692)	(19.257.692)	-	(19.257.692)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	717.511.548	13.505.041	(978.150.477)	(247.133.887)	71.006.181	(176.127.706)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	1.546.140	1.546.140	-	1.546.140
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	18.820.349	18.820.349
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(75.284.833)	(75.284.833)	-	(75.284.833)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	717.511.548	13.505.041	(1.051.889.170)	(320.872.580)	89.826.530	(231.046.050)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em reais

	31/12/2014	31/12/2013		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(75.284.833)	(19.257.692)	Fornecedores	18.872.230
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			Obrigações tributárias	31.891.985
Depreciação e amortização	22.678.504	21.982.853	Obrigações sociais	42.220.893
Ajustes de exercícios anteriores	1.546.140	(2.803.905)	Provisão para Contingências	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	36.466	14.923	Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	41.974.710
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	360.716	430.283	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cepisa	1.958.717	4.015.449	Aquisição de imobilizado	(76.983.359)
	(48.704.290)	4.381.911	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(76.983.359)
Variações nos ativos e passivos			Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
(Aumento) Diminuição dos ativos:			Amortizações de empréstimos e financiamentos	(4.363.690)
Contas a receber e demais recebíveis	(2.374.967)	(16.786.141)	Amortizações de parcelamentos de impostos	(4.227.620)
Estoques	567.347	(690.874)	Ingressos de parcelamentos de serviços	1.533.955
Impostos a recuperar	(202.757)	(162.798)	Amortizações de parcelamentos de serviços	(1.976.586)
Adiantamentos concedidos	94.461	82.066	Créditos para futuro aumento de capital	18.820.349
Depósitos judiciais	(364.759)	(4.365.502)	Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades de financiamentos	9.786.409
Despesas do exercício seguinte	(25.433)	104.166	Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(25.222.240)
Aumento (Diminuição) dos passivos:				32.072.712
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.961.496
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.183.736
			Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(25.222.240)
				32.072.712

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RECEITA BRUTA	393.459.383	388.177.244
Prestação de serviços de água e esgoto	336.813.193	328.202.757
Outras receitas	56.646.191	59.974.487
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(246.061.810)	(222.093.347)
Custo dos serviços prestados	(220.270.995)	(193.917.636)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.790.815)	(28.175.711)
Outras despesas operacionais		
VALOR ADICIONADO BRUTO	147.397.573	166.083.897
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(22.678.504)	(21.982.853)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	124.719.069	144.101.044
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.009.799	4.837.226
Receitas financeiras	6.009.799	4.837.226
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>130.728.868</u>	<u>148.938.271</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	99.067.398	89.655.787
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros e esgotos do Estado, não subordinados a entidades autônomas;	99.067.398	89.655.787
Impostos, taxas e contribuições	17.525.849	18.344.134
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	17.525.849	18.344.134
Remuneração de capitais de terceiros	89.420.455	60.196.041
Juros e atualização monetária	89.420.455	60.196.041
Remuneração de capitais próprios	(75.284.833)	(19.257.692)
Reservas de lucros	(75.284.833)	(19.257.692)
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>130.728.868</u>	<u>148.938.271</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro 2014
Em reais

1. Contexto operacional

A **Águas e Esgotos do Piauí S.A. - AGESPISA**, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 2.281 de 27 de julho de 1962, e pela Lei Estadual nº 2.387, de 12 de dezembro de 1962. São objetivos sociais da Companhia:

- Formular a política geral de saneamento básico do Estado do Piauí;
- Executar, implantar, complementar, ampliar e operar os serviços de águas e esgotos do Estado, não subordinados a entidades autônomas;
- Constituir e participar de empresas em caráter local, para a administração de serviços de águas e esgotos, sempre que economicamente recomendável;
- Administrar, mediante convênio, serviços de águas e esgotos implantados por entidades públicas, federais ou municipais.

Em 08 de janeiro de 2007 foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, a Lei de No. 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais e a política federal para o saneamento básico, documento este denominado de Marco Regulatório para o Setor de Saneamento Básico.

Os serviços de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário geraram Receita Líquida de Serviços no montante de R\$ 375.933.535 até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 369.833.110 em 2013), decorrentes da prestação de serviços públicos no Estado do Piauí. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atuava em 158 municípios e 18 povoados, no Estado do Piauí (150 em dezembro de 2013), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total em 2014 - em R\$	Quantidade de Economias	Vencimento da Concessão ou Termo de Compromisso	Situação
Teresina	201.096.084,16	277.771	27/12/2031	
Parnaíba	23.210.164,67	45.562	13/01/2032	
Picos	12.638.092,58	23.495	03/04/2035	
Floriano	10.604.173,48	19.458	06/07/2033	
Piripiri	6.931.539,85	16.931	29/06/2034	
Bom Jesus	4.134.140,83	6.998	27/01/2012	Vencido
São Raimundo Nonato	4.085.619,71	8.549	16/06/2000	Vencido
Oeiras	3.973.936,24	6.936	01/12/2001	Vencido
Corrente	3.674.049,15	6.007	22/12/2034	
Esperantina	3.328.008,51	7.625	23/11/2034	
Piracuruca	2.999.093,80	7.354	04/06/2044	
Pedro II	2.968.255,73	7.786	29/11/2036	Adequar
Luís Correia	2.882.033,23	5.333	08/05/2036	Adequar
Barras	2.789.025,05	6.120	25/01/2035	
José de Freitas	2.750.283,03	6.655	05/05/2035	Adequar
Uruçuí	2.693.381,02	5.524	14/08/2033	

Continuação				
Altos	2.499.311,89	5.617	30/11/2031	
Valença	2.454.460,25	5.872	02/07/2033	
São João do Piauí	2.435.622,79	5.237	06/07/2033	
União	2.413.706,94	5.457	20/02/2012	Vencido

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e não contemplam as adequações às normas internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1- Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

• **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.5 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

2.6 - Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 9.



2.7 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento.

Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais

Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.9 - Provisões

As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.10 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.11 - Capital Social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 - Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receitas de subvenções, no Resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.13 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia das transferências econômicas recebidas da União por força dos convênios firmados. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das faturas emitidas.

2.14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. NO período, a Companhia não apurou lucro tributável para que fosse calculado os referidos impostos.

Os encargos de Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público – PASEP: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A composição desse grupo era a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	234.030	230.380
Depósitos bancários em conta corrente	3.724.392	4.772.890
Aplicações financeiras	18.003.074 (1)	42.180.466
	21.961.496	47.183.736

(1) O valor contém o saldo de R\$ 17.982.805 aplicado em conta de poupança no Banco do Brasil proveniente do Termo de Compromisso celebrado entre a Companhia e a CODEVASF, com o objetivo de implantação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Amarante, Guadalupe, Ilha Grande, Murici dos Portelas, Porto e União, neste estado.

No exercício de 2014 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 1.726.405 (2013 – R\$ 1.199.080). Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	281.379.988	277.493.936
Parcelamentos de conta de água e esgoto	(20.320.021)	(9.266.473)
Financiamentos de serviços	(20.061.309)	(12.932.349)
Arrecadação em processo de classificação	(7.115.806)	(12.178.795)
(-) Outros valores	(2.135.006)	(2.153.102)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(27.049.590)	(27.049.590)
	204.698.256	213.913.627
Não circulante		
Parcelamentos de conta de água e esgoto	56.224.162	44.605.279
Financiamentos de serviços	(2.306.008)	(2.277.464)
	53.918.154	42.327.816
Total	258.616.410	256.241.442

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores. As contas a receber são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

5. Estoques

	31/12/2014	31/12/2013
Material em almoxarifado	8.673.851	9.241.198
	8.673.851	9.241.198

6. Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte - órgãos públicos	1.071.485	903.663
Cont. Social s/ lucro líquido (CSLL) - órgãos públicos	223.014	188.059
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento indevido a compensar	17.531	17.531
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar	8.561	8.561
Imposto de Renda por estimativa a recuperar	9.361	9.361
SESI - Parcelas PAEX pagas	14.016	14.016
SENAI - Parcelas PAEX pagas	23.065	23.065
COFINS - Parcelas PAEX pagas	15.221	15.221
	1.382.254	1.179.497

7. Adiantamentos

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos a Fornecedores		
Energia - Engenharia e Consultoria Ltda.	2.253.000 (1)	2.253.000
Demais fornecedores	975.906	975.906
	3.228.906	3.228.906
Adiantamentos a empregados e empregados terceirizados		
Empregados	432.273	524.055
Empregados terceirizados	29.927	32.607
	462.201	556.662
	3.691.106	3.785.568

(1) Pagamento realizado em 20/07/2004 a firma Energia Engenharia e Consultoria Ltda. referente contrato firmado visando a revisão dos valores pagos pela Companhia para quitação dos débitos alusivos ao fornecimento de energia elétrica no período de outubro de 1989 a dezembro de 1994. Como o processo judicial entre a Companhia e a CEPISA ainda se encontra em fase de recursos, e por não se tratar de um direito líquido e certo, a administração da Companhia optou por manter o referido valor como adiantamento a fornecedores.

8. Outros créditos a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Valores de convênios a receber		
Valores de contrapartida - Governo do Estado	10.737.870 (1)	10.721.903
Valores de contrapartida - Prefeituras	1.192.427 (2)	1.192.427
Materiais emprestados em convênios	405.609 (3)	396.143
Outros valores a receber	17.094	17.094
	12.353.000	12.327.567

(1) Valor referente a contrapartida de convênios firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Piauí proveniente de recursos obtidos junto ao Governo Federal para a construção e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamentos sanitários em municípios do Piauí;

(2) Valor referente a contrapartida de convênios firmados entre a Companhia e as Prefeituras do Municípios beneficiados proveniente de recursos obtidos junto ao Governo Federal para a construção e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamentos sanitários em municípios do Piauí;

(3) Valor refere-se a empréstimo de materiais de obras de convênios realizados a firmas construtoras para construção e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamentos sanitários em municípios do Piauí.

9. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

	Taxas de Depreciação	2014		2013	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Em Operação					
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	533.498.863	(255.243.776)	278.255.087	269.168.547
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	237.238.851	(75.740.874)	161.497.977	148.250.279
Fábrica de Biodiesel	2% a 10%	298.641	(75.533)	221.108	237.198
Bens de uso geral	10% a 25%	43.481.452	(23.432.409)	20.049.043	18.127.738
		<u>814.517.807</u>	<u>(354.494.592)</u>	<u>460.023.215</u>	<u>435.783.762</u>
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água		164.600.221	-	164.600.221	149.407.688
Sistemas de esgoto sanitário		159.191.081	-	159.191.081	144.220.642
Bens de uso geral		6.425.258	-	6.425.258	6.522.829
		<u>330.216.560</u>	<u>-</u>	<u>330.216.560</u>	<u>300.151.159</u>
		1.144.734.367	(354.494.592)	790.239.776	735.934.921

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2013 e 2014 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	(+/-) Adições ocorridas	(-) Baixas ocorridas	(*)		Saldo em 31/12/2014
				Depreciações apuradas	Transferências (+/-)	
Imobilizado Técnico						
Custo Corrigido						
Sistemas de abastecimento de água	508.798.233	12.567.078	-	-	12.133.552	533.498.863
Sistemas de esgoto sanitário	218.854.238	1.216.996	-	-	17.167.617	237.238.851
Fábrica de Biodiesel	298.641	-	-	-	-	298.641
Bens de uso geral	39.648.737	3.714.640	-	-	118.075	43.481.452
	<u>767.599.849</u>	<u>17.498.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.419.244</u>	<u>814.517.807</u>
Depreciação Acumulada						
Sistemas de abastecimento de água	(239.629.687)	-	-	(15.614.089)	-	(255.243.776)
Sistemas de esgoto sanitário	(70.603.959)	-	-	(5.136.915)	-	(75.740.874)
Fábrica de Biodiesel	(61.443)	-	-	(16.090)	-	(77.533)
Bens de uso geral	(21.520.999)	-	-	(1.911.410)	-	(23.432.409)
	<u>(331.816.087)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.678.504)</u>	<u>-</u>	<u>(354.494.592)</u>
Imobilizado Técnico Líquido	435.783.762	-	-	(22.678.504)	-	460.023.215
Imobilizado em Andamento						
Sistemas de abastecimento de água	149.407.688	27.691.528	(139.393)	-	(12.359.602)	164.600.221
Sistemas de esgoto sanitário	144.220.642	31.912.067	(60)	-	(16.941.568)	159.191.081
Bens de uso geral	6.522.829	20.503,00	-	-	(118.074)	6.425.258
Total de Imobilizado em Andamento	300.151.159	59.624.098	(139.453)	-	(29.419.244)	330.216.560
Imobilizado Total	735.934.921	77.122.812	(139.453)	(22.678.504)	-	790.239.776

A maioria dos bens componentes do Ativo Imobilizado da Companhia foram dados em garantia de execução de causas judiciais.

As principais obras registradas nesse exercício de 2014 foram:

Obras do Sistema de Abastecimento de Água ocorridas em 2014 - por Município

Município	Exercício de 2014
Parnaíba	

São João do Piauí	15.342.968
Sistema Integrado de Teresina / Demerval Lobão	326.590
Ilha Grande	584.640
	<u>469.971</u>
	16.724.169
Outras obras	<u>10.967.359</u>
Total	27.691.528

Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário ocorridas em 2014 - por Município

Município	Exercício de 2014
Parnaíba	4.394.923
Piracuruca	1.895.582
Porto	3.776.400
Amarante	3.201.257
Guadalupe	5.501.847
União	7.762.046
Ilha Grande	775.489
Murici dos Portelas	<u>409.837</u>
	27.717.381
Outras obras	<u>4.194.686</u>
Total	31.912.067

10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia estavam assim dispostos nas datas de encerramento de balanço:

	31/12/2014	31/12/2013
Programas p/ contrato	14.409.837	13.026.392
Fornecedores de materiais	6.357.614	8.256.458
Serviços prestados por terceiros	172.702.800	153.307.395
Depósitos e retenções contratuais	295.036	295.036
	193.765.287	174.885.280

Os saldos dos principais fornecedores por programa no ano de 2014 foram os seguintes:

Programa p/Contrato

Nome do Fornecedor	31/12/2014
Servaz S/A	4.644.101,66
Ecobras	3.923.877,17
Construtora hidros Ltda.	1.234.771,87
CR Construções Ltda.	771.793,75
Mendes Junior Training Eng. S/A	740.083,51
Multiservice Eng Ltda.	484.761,29
RR Construções Ltda.	471.723,55
Geoplan - Consultoria Planej. Ltda.	340.818,22
Rede	340.097,76
Apoio Construções Ltda.	<u>295.762,15</u>
Subtotal	13.247.791
Demais fornecedores (cerca de 40 cadastrados)	<u>1.162.046</u>
Total geral	14.409.837

Fornecedores de materiais

Nome do Fornecedor	31/12/2014
ARCH Química brasil Ltda.	836.571
Norteste Equip. Serv.p/gaze Ltda.	818.359
Marka Fornecedor de Mat. e Serviços	797.282
Nansem do Nordeste S/A	708.836
Bauminas Química N/Ne Ltda.	629.180
Gana Representações Com. e Import.	487.836
R & H Comercio e Representação Ltda.	292.694
Casa do Corte Ltda.	126.817
FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos	126.000
Saint-Gobain Canalização S/A	<u>122.169</u>
Subtotal	4.945.745
Demais fornecedores (cerca de 150 cadastrados)	<u>1.411.868</u>
Total geral	6.357.614

Serviços prestados por terceiros

Nome do Fornecedor	31/12/2014
Centrais Elétricas do Piauí S/A - CEPISA	154.776.776
Limpel Serviços Gerais LTDA.	3.867.408
Ancora Empreendimentos - Rego e Rodrigues	<u>1.626.405</u>

Diário Oficial

32



Teresina(PI) - Quinta-feira, 11 de junho de 2015 • Nº 107

Mutual Serviços - ME	873.942
Servi-San Vigilância e Transporte	718.073
Tickets Serviços S/A	685.669
CRC - Central de Recuperação de Crédito	676.070
IBM Global Services Ltda. (IGS)	672.522
Pahyol Ltda.	667.281
Ebara Ltda.	640.341
Subtotal	165.204.487
Demais fornecedores (cerca de 650 cadastrados)	7.498.313
Total geral	172.702.800

Senai	21.014.260	18.097.601
Auxílio doença	-	991.307
Consignações diversas a recolher	3.657.638	2.032.484
	672.676.120	631.478.883
Provisões		
Férias e encargos	15.314.418	14.290.762
	15.314.418	14.290.762
	687.990.538	645.769.645

11. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Nordeste S.A.- BNB	23.428.727	-	23.428.727	-
Caixa Econômica Federal	2.720.445	-	4.350.335	2.697.334
Total	26.149.172	-	27.779.062	2.697.334

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
CIRCULANTE					
BNB OP-97/000016.01.001	11.293.354	-	-	-	11.293.354
BNB OP-98/000009.01.001	12.135.373	-	-	-	12.135.373
CEF CT - 35194-83	3.092.187	(3.103.645)	26.631	2.705.273	2.720.445
CEF CT - 58059-12 - Esgotos Zona Norte	735.099	(736.361)	1.263	-	-
CEF CT - 58064-19 - Parnaíba/Luiz Correia	523.050	(523.683)	633	-	-
	27.779.062	(4.363.690)	28.527	2.705.273	26.149.172
NÃO CIRCULANTE					
CEF CT - 35194-83	2.697.333	-	7.940	(2.705.273)	-
CEF CT - 58059-12 - Esgotos Zona Norte	1	(1)	-	-	-
	2.697.334	-	7.939	(2.705.273)	-
Total	30.476.396	(4.363.690)	36.466	-	26.149.172

a) Caixa Econômica Federal - CEF

A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto a Caixa Econômica Federal em dia. A Companhia vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

b) Banco do Nordeste - BNB

A Companhia vem discutindo judicialmente a atualização cambial e os valores devedores dos contratos de financiamentos mantidos junto ao Banco do Nordeste - BNB.

12. Obrigações tributárias

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)	59.814.207	51.478.076
Cont. p/ financ. da seguridade social (COFINS)	232.600.702	221.795.358
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) - Multa 75%	-	390.309
Cont. p/ financ. da seguridade social (COFINS) - Multa 75%	-	1.805.450
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) s/ Faturas En. Elétrica	67.536.836	58.125.567
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) s/ diferencial de aliq.	26.387.429	22.579.894
	386.339.174	356.174.654
Impostos retidos a recolher		
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) pessoa física e jurídica	622.482	596.022
PIS/COFINS/CSLL retido	179.067	160.157
Imposto sobre serviços (ISS) retido na fonte	296.409	346.766
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	1.663.128	1.620.755
	2.761.086	2.723.700
Taxas de Concessão		
Taxa de concessão da cidade de Teresina	1.690.079	-
Taxa de concessão da cidade de Parnaíba	416.973	416.973
	2.107.052	416.973
	391.207.311	359.315.327

Os valores das obrigações tributárias são compostos por diversos meses de competências, sendo todos os valores originais acrescidos de multa e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.

13. Obrigações sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários	1.778.452	1.051.824
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	131.307.431	132.804.894
Instituto nacional da seguridade social (INSS)	482.116.140	445.309.381
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.250.419	1.146.942
Multas CLT	6.960.692	6.750.157
Salário educação	7.265.555	6.870.129
Sesi	17.325.533	16.424.165

14. Parcelamentos de impostos

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS - Ago/99 a Set/03	1.628.817	21.253	2.309.378	1.612.882
PAES II MP 303/2006 - 120 parcelas	823.843	618.017	777.957	1.361.552
PAES II MP 303/2006 - 130 parcelas	1.005.063	1.591.349	971.153	2.508.814
Outros parcelamentos	-	1.617	937	14.190
	3.457.723	2.232.236	4.059.426	5.497.437

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
CIRCULANTE					
FGTS - Ago/99 a Set/03	2.309.378	(2.436.575)	-	1.756.014	1.628.817
PAES II MP 303/2006 - 120 parcelas	777.957	(802.223)	104.575	743.535	823.843
PAES II MP 303/2006 - 130 parcelas	971.153	(988.821)	105.266	917.465	1.005.063
Outros parcelamentos	937	-	(937)	-	-
	4.059.426	(4.227.620)	208.903	3.417.014	3.457.723
NÃO CIRCULANTE					
FGTS - Ago/99 a Set/03	1.612.882	-	164.385	(1.756.014)	21.253
PAES II MP 303/2006 - 120 parcelas	1.361.552	-	-	(743.535)	618.017
PAES II MP 303/2006 - 130 parcelas	2.508.814	-	-	(917.465)	1.591.349
Outros parcelamentos	14.190	-	(12.572)	-	1.617
	5.497.437	-	151.813	(3.417.014)	2.232.236
Total	9.556.863	(4.227.620)	360.716	-	5.689.959

15. Parcelamento Cepisa

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não-Circulante	Circulante	Não-Circulante
Contrato Cepisa - 180 parcelas	813.275	11.599.807	799.134	12.329.393
Contrato Governo do Estado/Cepisa - 180 parc.	946.880	18.805.100	18.862.661	-
Contrato 46/2012 - Cepisa	255.659	1.086.552	-	-
	2.015.815	31.491.459	19.661.799	12.329.393

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
CIRCULANTE						
Contrato Cepisa - 180 parcelas	799.134	-	(1.450.854)	735.410	729.585	813.275
Ct. Gov. Estado/Cepisa - 180 parc.	18.862.661	-	(333.988)	1.223.307	(18.805.100)	946.880
Contrato 46/2012 - Cepisa	-	1.533.955	(191.744)	-	(1.086.552)	255.659
	19.661.795	1.533.955	(1.976.586)	1.958.717	(19.162.067)	2.015.815
NÃO CIRCULANTE						
Contrato Cepisa - 180 parcelas	12.329.393	-	-	-	(729.585)	11.599.807
Ct. Gov. Estado/Cepisa - 180 parc.	-	-	-	-	18.805.100	18.805.100
Contrato 46/2012 - Cepisa	-	-	-	-	1.086.552	1.086.552
	12.329.393	-	-	-	19.162.067	31.491.459
Total	31.991.188	1.533.955	(1.976.586)	1.958.717	-	33.507.274

16. Provisões para demandas judiciais

Refere-se a diversos processos relativos a reclamações trabalhistas e indenizações, provisionadas com base em estudos promovidos pela Assessoria Jurídica da Companhia. Os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões para demandas judiciais		
Questões trabalhistas	10.918.003	10.918.003
Processo No. 001.00.011 Aagespisa / Cepisa	560.389	560.389
Outras contingências	3.657.548	3.657.548
	15.135.941	15.135.941
Depósitos judiciais		
Judiciais	(25.680.259)	(22.915.078)
	(25.680.259)	(22.915.078)
(=) Saldo Líquido	(10.544.318)	(7.779.137)

17. Patrimônio líquido

17.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	150.967.341	99,13%	150.967.341	99,13%
Preferenciais	1.319.010	0,87%	1.319.010	0,87%
	152.286.351	100,00%	152.286.351	100,00%

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

O Governo do Estado do Piauí é o acionista majoritário e participa em 31/12/2014 com 98,74% (mesmo percentual em 31/12/2013) e a União Federal participa em 31/12/2014 com 1,17% (também, mesmo percentual em 31/12/2013). Os demais 0,09% de ações ordinárias estão divididas entre a prefeituras e pessoas físicas.

17.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

17.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Piauí (acionista majoritário), durante o exercício social de 2014 e que deverá ser capitalizado no exercício social de 2015.

18. Receita líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas de serviços de abastecimento d'água		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	263.513.451	249.536.444
Tarifa comercial	29.462.792	28.108.940
Tarifa industrial	10.553.263	9.737.743
Órgãos públicos	26.329.114	25.911.288
	329.858.620	313.294.415
Indiretas do serviço		
Ligações	1.760.264	1.795.767
Acréscimo por impontualidade	11.415.063	12.264.666
Relações e sanções	1.645.234	2.710.755
Contribuição para hidrometria	49.403	83.127
Ampliações	148	616
Outras receitas indiretas	2.682.795	3.632.866
	17.552.906	20.487.797
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	347.411.526	333.782.212
Receitas de serviços de esgotos		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	16.717.386	14.547.512
Tarifa comercial	8.520.669	7.797.920
Tarifa industrial	1.394.313	1.213.556
Órgãos públicos	4.301.073	3.991.113
	30.933.441	27.550.102
Indiretas do serviço		
Ligações	79.109	66.540
Outras receitas indiretas	206.749	127.926
	285.859	194.466
Total das receitas de serviços de esgotos	31.219.300	27.744.568
Total do faturamento bruto de água e esgoto	378.630.826	361.526.780
Demais receitas		
Repasses da união federal	13.745.609	59.093.832
Locação de imóveis	46.454	34.945

Recuperação de impostos	42.758.620	-
Outras receitas	95.508	845.710
Continuação		
	56.646.191	59.974.487
Total das receitas brutas	435.277.017	421.501.267
(-) Deduções sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(14.399.616)	(15.071.991)
PIS sobre receitas	(3.126.232)	(3.272.143)
Cancelamentos e descontos	(41.817.633)	(33.324.023)
Total	(59.343.482)	(51.668.157)
Receita operacional líquida	375.933.535	369.833.110

19. Custo dos serviços prestados

	31/12/2014	31/12/2013
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(38.145.772)	(34.119.418)
Despesas com material	(3.686.104)	(2.943.865)
Serviços de terceiros	(30.125.016)	(27.800.396)
Despesas gerais	(4.946)	(42.477)
Depreciações e amortizações	(15.607.897)	(14.976.995)
	(87.606.736)	(79.883.150)
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas de pessoal	(3.933)	(49.835)
Despesas com material	(46.014)	(77.289)
Serviços de terceiros	(3.107.528)	(2.609.520)
Despesas gerais	(3.651)	(4.092)
Depreciações e amortizações	(5.165.276)	(5.126.566)
	(8.326.403)	(7.867.303)
Unidade da estrutura orgânica		
Despesas com pessoal	(62.353.198)	(57.188.591)
Despesas com material	(12.655.662)	(10.542.566)
Serviços de terceiros	(69.924.489)	(58.320.410)
Despesas gerais	(177.679)	(219.176)
Depreciações e amortizações	(328.091)	(308.123)
	(145.439.120)	(126.578.867)
	(241.372.259)	(214.329.320)

20. Despesas administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas administrativas		
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central		
Despesas de pessoal	(85.405.274)	(77.043.912)
Despesas com material	(1.749.076)	(1.160.656)
Serviços de terceiros	(17.795.815)	(18.846.442)
Despesas gerais	(1.156.676)	(1.742.585)
	(106.106.842)	(98.793.595)
Continuação		
Depreciação e amortização	(1.576.900)	(1.570.292)
Depreciações	(1.576.900)	(1.570.292)
	(107.683.741)	(100.363.888)
Total geral das despesas administrativas	(213.790.583)	(199.157.483)

21. Despesas comerciais

	31/12/2014	31/12/2013
Administração central		
Despesas de pessoal	(13.648.695)	(12.603.085)
Despesas com material	(99.332)	(163.574)
Serviços de terceiros	(4.968.462)	(6.059.528)
Despesas gerais	(49.689)	(211.716)
	(340)	(876)
	(18.766.518)	(19.038.780)
Perdas na realização de créditos	14.806	
	(18.751.712)	(19.038.780)
Total das despesas comerciais	(18.751.712)	(19.038.780)

22. Receitas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Juros	4.282.898	3.633.959
Rendimentos de aplicação (rendimentos a creditar)	1.726.405	1.199.080
Variação monetária	496	4.188
Total das receitas financeiras	6.009.799	4.837.226

23. Despesas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de financiamentos internos		
Despesas de financiamentos	(1.016.101)	(891.896)
Total das despesas de financiamentos internos	(1.016.101)	(891.896)
Juros, multas e acréscimos moratórios		
Juros	(72.260.581)	(41.866.333)
Multas	(5.247.893)	(7.711.032)
Variação monetária	(1.703.790)	(1.443.979)
Total das multas e acréscimos moratórios	(79.212.263)	(51.021.344)
Despesas tributárias		



ISS	(1.609)	(2.881)
IPTU	(449.907)	(358.542)
IPVA	(26.523)	(26.736)
Taxa de concessão municipal	(2.143.817)	(1.634.295)
Total das despesas tributárias	(2.621.856)	(2.022.454)
Continuação		
Outras despesas		
Taxas e juros bancários	(23.370)	(32.195)
Taxas de arrecadadores	(6.546.862)	(6.220.203)
Outras despesas	(3)	(7.949)
Outras despesas	(6.570.234)	(6.260.347)
Total das despesas financeiras	(89.420.455)	(60.196.041)

24. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

25. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do UPR (Unidade Padrão de Real) e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros.

(I) *Risco de crédito* - é o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são

estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

(II) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente dos serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa equivalentes de caixa (Nota 03)

(III) *Risco de taxas de juros* - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do UPR (Unidade Padrão de Real);

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

DIRETORIA

José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes

Diretor Presidente

Karenina Dantas Eulálio Rocha

Diretora de Obras

Francisco Edward Frota Mont'Alverne

Diretor de Operações

José Aguiar Marques

Diretor de Gestão Comercial

Manoel de Castro Dias

Diretor Técnico

Elisabete Rodrigues de Oliveira

Diretora Financeira

Antônio Gerivaldo Carneiro Benício

Diretor Administrativo

João José Melo do Nascimento

Contador CRC - PI No. 3.676/O



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Gabinete do Secretário

AVISO DE AUTORIZAÇÃO

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO e de sua SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS, em observância ao Decreto Estadual nº 16.002, de 22 de abril de 2015, torna público que a empresa COMPANHIA PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO - CPD formulou pedido de autorização para desenvolver, por sua conta e risco, Projeto de ampliação, manutenção, operação e administração da Central de Abastecimento de Teresina.

1. DA AUTORIZAÇÃO:

1.1. Em reunião realizada no dia 25/05/2015, com ata publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 77, de 27/05/2015, os conselheiros do CGP deliberaram pela autorização para a realização de Estudos de Viabilidade solicitado pela Companhia Paulista de Desenvolvimento relativo ao projeto de ampliação, manutenção, operação e administração da Central de Abastecimento de Teresina;

1.2. O objetivo do estudo será a modelagem de parceria de iniciativa privada para a ampliação, manutenção, operação e administração da Central de Abastecimento de Teresina;

1.3. Os estudos deverão considerar a viabilidade de concessão comum para o objetivo exposto no item 1.2 e deverão ser realizados em 05 (cinco) meses.

2. CADASTRAMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS:

2.1. Os interessados em solicitar autorização, com o objetivo proposto no item 1.2, deverão providenciar seu cadastramento até o dia 17 de junho de 2015;

2.2. Para efeito do cadastramento, os agentes interessados deverão encaminhar os seguintes documentos, para a Superintendência de Acompanhamento de Projetos – SAPRO, da Secretaria de Governo, situada na Avenida Antonino Freire, 1473, 6º andar, Edifício Antonieta Araújo, CEP: 64.001-040, Bairro Centro, Teresina – Piauí:

a. Formulário de cadastramento devidamente preenchido, conforme modelo constante do Anexo I;

b. Contrato ou estatuto social, com a última alteração, se aplicável;

c. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (“CPF”) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ”);

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, na forma da lei;

e. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), se aplicável;

f. Comprovação de experiência técnica na elaboração ou execução de projetos e estudos em PPP's ou concessões, isoladamente, em consórcio ou em Sociedade de Propósito Específico;

g. Detalhamento das atividades que o agente interessado pretende realizar, considerando o objetivo proposto nos itens 1.2 e 1.3, bem como a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa, considerado o prazo determinado no item 3.1.

2.3. Será de inteira responsabilidade do agente interessado prover a atualização dos seus dados cadastrais, estando ciente de que a Superintendência de Parcerias e Concessões, em eventuais comunicações que vier a fazer, utilizará os canais indicados pelo próprio participante.

2.4. Em caso de consórcio ou grupo de empresas, os documentos referidos no item 2.2 serão exigidos para cada participante, devendo ser indicado o nome da empresa que representará

o consórcio ou o grupo e para quem serão direcionadas eventuais comunicações da PMU, observado o que dispõe o item anterior.

2.5. Somente serão autorizadas as pessoas jurídicas ou físicas cadastradas.

3. ENTREGA DOS ESTUDOS


3.1. Os ESTUDOS desenvolvidos pelos agentes interessados cadastrados deverão ser entregues no prazo de 150 (cento e cinquenta dias), contados da data de publicação desta autorização concedida pelo CGP;

3.2. Os estudos deverão ser entregues no endereço informados no item 2.2, em cópia física e eletrônica, sendo que nesse último caso, as planilhas e os documentos de texto deverão ser encaminhados em arquivos editáveis do tipo MS Word e/ou MS Excel.

3.3. O encaminhamento dos ESTUDOS poderá ser realizado via correio, cabendo ao agente interessado, no entanto, cuidar para que o recebimento efetivo da correspondência no endereço indicado ocorra até o prazo final fixado neste instrumento convocatório.

3.4. A critério da Superintendência, e justificadamente, o prazo para a entrega dos ESTUDOS poderá ser prorrogado.

Os interessados poderão obter mais informações no endereço mencionado no item 2.2, no telefone (86) 3216-5003 ou pelo e-mail: gestão@ppp.pi.gov.br


MERLONG SOLANO NOGUEIRA
Secretária de Governo
Of. 294



EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, O ESTADO DO MARANHÃO E O ESTADO DO CEARÁ.

DO OBJETO – Constitui objeto deste Protocolo de Intenções a articulação de esforços, formação e ações conjuntas voltadas para a integração, promoção e retomada das ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável em toda extensão geográfica que abrange o complexo turístico denominado Rota das Emoções.

Os partícipes se comprometem a adequar suas ações às necessidades ambientais, com especial atenção para a preservação dos mananciais de água.

DA VIGÊNCIA - O início da vigência do presente Protocolo de Intenções ocorrerá com a sua assinatura pelos entes partícipes, e seu encerramento ocorrerá em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado ou alterado por acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo.

Palácio de Karnak, em Teresina-PI, 11 de junho de 2015.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS – Governador do Estado do Piauí

FLAVIO DINO DE CASTRO COSTA – Governador do Estado do Maranhão

CAMILO SOBREIRO DE SANTANA – Governador do Estado do Ceará



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Darcy Siqueira Albuquerque Júnior

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência



MEDULA ÓSSEA

MUITO SIMPLES DOAR
CADASTRE-SE:

0800-285-4989

PASSO A PASSO PARA SER UM DOADOR

- 1 **Ter boa saúde e ter entre 18 e 55 anos.**
- 2 **Cadastrar-se e doar 10ml de sangue.**
- 3 **Realizar o exame de histocompatibilidade (HLA).**
O resultado do exame passa a fazer parte de um banco de dados mundial.
- 4 **Se você for compatível com algum paciente, será convidado a doar.**

O DOADOR DECIDE SOBRE A DOAÇÃO SEM O CONHECIMENTO DE SUA IDENTIDADE PELO PACIENTE



Secretaria da Saúde